

## Relatório da Administração

São Martinho - Consolidado	4T12	4T11	Var. %	12M12	12M11	Var. %
Capex de Manutenção - Santa Cruz						
Plântio de Cana .....	7.076	-	n.m.	8.418	-	n.m.
Industriais / Agrícolas .....	7.474	-	n.m.	11.523	-	n.m.
Tratos Culturais .....	3.281	-	n.m.	5.321	-	n.m.
<b>Sub Total .....</b>	<b>17.831</b>	-	<b>n.m.</b>	<b>25.263</b>	-	<b>n.m.</b>
<b>Total Geral .....</b>	<b>214.598</b>	<b>146.335</b>	<b>46,6%</b>	<b>631.070</b>	<b>454.110</b>	<b>39,0%</b>

O Capex de manutenção do Grupo São Martinho somou R\$ 319,7 milhões um aumento de 21,9% (R\$ 57,4 milhões) em relação ao exercício passado. Tal crescimento é explicado pelo (i) aumento de 8,6 mil hectares de áreas tratadas e (ii) aumento de 9 mil hectares em renovação do canavial. Os investimentos relacionados à expansão e modernização totalizaram R\$ 164,4 milhões no acumulado dos 12M12. Os principais investimentos foram: (i) projeto de cogeração da Usina São Martinho (R\$ 70 milhões), (ii) investimento na expansão do terminal de escoamento de açúcar na planta da Usina São Martinho (R\$ 30 milhões); e (iii) construção da fábrica da Amyris totalizando aproximadamente R\$ 20,5 milhões.

**5. Governança Corporativa e Política de Dividendos - 5.1. Governança Corporativa:** A Companhia confirmou sua opção pelas melhores práticas de Governança Corporativa ao aderir às regras do Novo Mercado da Bovespa, assegurando aos seus acionistas total transparência e tratamento igualitário, através do cumprimento de uma das mais importantes e restritas regras de regulamentações de mercado, inclusive dentre os mercados internacionais. Para o atendimento aos investidores, desde o início das negociações das ações na BM&FBovespa, foi estruturada uma equipe de Relações com Investidores (RI) que divulga ao mercado - nos idiomas português e inglês - todos os comunicados, fatos relevantes e demonstrações financeiras da Companhia. **5.2. Política de Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 8.838 (R\$ 0,0783 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.933 (R\$ 0,2741 por ação), correspondente a 35% do lucro líquido do último exercício (de acordo com o BR GAAP antigo) após a constituição da reserva legal. Conforme facultado pela Lei 9.249/95, em setembro de 2010 a controladora USM (atualmente Vale do Mogi) calculou e distribuiu Juros sobre o Capital Próprio - JCP para a Companhia com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 15.680. Em dezembro de 2010, a Companhia calculou e distribuiu JCP com base na TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 19.558. Os juros sobre o capital próprio recebido da controladora USM foram registrados nos livros fiscais como receita financeira, e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas pela Companhia foram registrados nos livros fiscais como despesa financeira, conforme requerido pela legislação fiscal. Posteriormente, os juros sobre o capital próprio recebidos foram creditados à conta de investimentos, e os juros sobre o capital próprio pagos foram debitados à conta de lucros acumulados, em atendimento a Deliberação CVM 247/96. Adicionalmente, os JCP foram computados no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de julho de 2011, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 21.062 (R\$ 0,1866 por ação).

Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício .....	126.611	142.288
Absorção de prejuízos acumulados .....	-	(32.927)
	126.611	109.361
	(6.331)	(5.468)

Constituição de reserva legal - 5% .....

Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios .....

Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (2012 - R\$ 0,2678 por ação) .....

JCP pagos a título de dividendos, líquidos do IRRF (2011 - R\$ 0,1488 por ação) .....

Parcela dos dividendos mínimos obrigatórios, a pagar (2012 - R\$ 0,2678 por ação) .....

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2012, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 6.014 (R\$ 0,0536 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

**6. Perspectivas - Perspectivas para as Próximas Safras - Açúcar:** Na safra 11/12, os principais países produtores de açúcar do hemisfério norte, como Índia, Tailândia e Rússia, tiveram aumento de produção, resultado das melhores condições climáticas nessas regiões e aumento de área plantada. Apesar da maior oferta desses países, os preços do açúcar mantiveram-se em patamares elevados durante a safra. A combinação de quebra da safra de cana-de-açúcar no Brasil (principal produtor mundial e responsável por quase 50% do volume de açúcar transacionado mundialmente) e estoques mundiais ainda baixos, resultaram em preços da commodity acima de USD 22 cents/pound em toda safra. Durante o período de pico da produção brasileira, de maio a setembro, os preços internacionais do açúcar obtiveram os patamares mais elevados, ultrapassando o nível de USD 27,00 cents/pound, resultado da queda na produção nacional, e da possibilidade de que houvesse redução expressiva na oferta de açúcar brasileiro na entressafra, uma vez que a região centro-sul brasileira produziu apenas 31,3 milhões de toneladas de açúcar nesta safra, 6,6% a menos com relação ao período anterior, em consequência de fatores climáticos adversos, como já citado anteriormente. Já no início da safra 12/13, no entanto, nos últimos meses (abril e maio), os fatores macroeconômicos, juntamente com o final da safra e aumento da oferta de açúcar dos países do hemisfério norte, impactaram negativamente o preço do açúcar internacional levando-o aos níveis de USD 19 - 20 cents/pound. Aproveitando um cenário de preços elevados e alinhado com nossa política de hedge, o Grupo São Martinho detinha em 31/03/2012, posições de hedge para a safra 12/13 em aproximadamente 475 mil toneladas, principalmente nas telas de maio/12, julho/12 e outubro/12, ao preço médio de USD 25 cents/pounds. Tais preços combinados com a recente desvalorização do real frente ao dólar, deve aumentar o preço médio de açúcar vendido em reais para São Martinho S.A. no próximo exercício fiscal. As expectativas para safra 12/13 na região centro-sul do Brasil são de estabilidade na produção de açúcar, assim como a produção da Índia, Tailândia e Rússia. Isto, em conjunto com o constante aumento na demanda mundial, deve reduzir superávit de produção de açúcar dos atuais 8 milhões de toneladas para 4 milhões. **Etanol:** Observamos na safra 11/12 um aumento de preços de 29,4% e 24,7% para etanol anidro e hidratado, respectivamente. A melhora de preços durante a safra 11/12 ocorreu devido ao menor volume de oferta do produto e consequente ajuste de preços que ficaram próximos a paridade da gasolina nos postos de combustíveis. A queda na produção de etanol no Brasil influenciou os preços dos produtos por todo o período 12M12, sendo que durante o 9M12, a queda na produção impactou positivamente os preços, levando-os a níveis mais elevados. Porém, no 4T12 o cenário de preços foi impactado negativamente pela necessidade de alguns produtores (durante o 3T12) realizarem importações de etanol para suprir a queda da produção brasileira, aumentando a oferta do produto no 4T12, e assim pressionando os preços para baixo. Além disso, este ano, o governo brasileiro diminuiu a mistura do etanol anidro na gasolina, de 25% para 20%, por conta da queda na produção, diminuindo a demanda potencial. Para safra 12/13, observamos uma melhor evolução do cenário externo no mercado de etanol, com a expiração e não renovação da tarifa de importação de etanol e dos subsídios para produtores nos Estados Unidos. Assim, o mercado de etanol norte-americano poderá se tornar competitivo para produtores brasileiros em um futuro próximo, principalmente se o dólar continuar em níveis elevados como atualmente.

## 7. Desempenho no exercício - valores consolidados (milhares de R\$)

Destques Financeiros	4T12	4T11	Var.(%)	12M12	12M11	Var.(%)
São Martinho - Consolidado						
Receita Bruta .....	279.701	305.224	(8,4%)	1.447.266	1.384.387	4,5%
Receita Líquida .....	259.472	280.558	(7,5%)	1.366.990	1.295.046	5,6%
EBITDA (Ajustado) .....	65.437	130.656	(49,9%)	529.993	612.586	(13,5%)
Margem EBITDA .....	25,2%	46,6%	(21,4 p.p.)	38,8%	47,3%	(8,5 p.p.)
Lucro Líquido .....	(4.898)	11.876	(141,2%)	126.611	142.289	(11,0%)

Destques Financeiros	4T12	4T11	Var.(%)	12M12	12M11	Var.(%)
Indicadores de Balanço Consolidados						
Ativo Total .....	4.787.167	3.941.658	21,5%	4.787.167	3.941.658	21,5%
Patrimônio Líquido .....	2.054.748	1.953.486	5,2%	2.054.748	1.953.486	5,2%
EBITDA (acumulado dos últimos 12 meses)	529.993	612.586	-13,5%	529.993	612.586	-13,5%
Dívida Líquida .....	935.277	489.474	91,1%	935.277	489.474	91,1%
Dívida Líquida/EBITDA dos últimos 12 meses)	1,6 x	0,8 x		1,6 x	0,8 x	
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido .....	46%	25%		46%	25%	
<b>Dados Operacionais</b>				<b>12M12</b>	<b>12M11</b>	<b>Var.(%)</b>
<b>São Martinho - Consolidado</b>						
Cana Processada (mil toneladas) .....				11.412	13.067	-12,7%
Própria .....				7.461	8.511	-12,3%
Terceiros .....				3.951	4.556	-13,3%
Colheita Mecanizada .....				85,7%	85,3%	0,4 p.p.
<b>Produção</b>						
Açúcar (mil toneladas) .....				774	873	-11,3%
Etanol Anidro (mil m³) .....				222	258	-13,9%
Etanol Hidratado (mil m³) .....				226	307	-26,5%
RNA - Sal Sódico do Ácido Ribonucléico ('000 Kg) ..				226	264	-14,6%
Energia Exportada ('000 MWh) .....				213	163	30,5%

No comparativo 12M12 x 12M11, a receita líquida consolidada do Grupo apresentou aumento de 5,6%, impulsionada, principalmente, pelo aumento do preço de venda de açúcar em 10,6%, e do etanol de 26,5%, respectivamente, apesar do menor volume dos produtos disponíveis para comercialização, no período. O EBITDA ajustado do Grupo São Martinho atingiu R\$ 530 milhões (Margem EBITDA de 38,8%), o que representou uma redução de 13,5% em relação aos 12M11. Os principais motivos para piora do indicador foram: i) menor volume de vendas de etanol e açúcar devido a quebra da safra de cana-de-açúcar em toda região Centro Sul do Brasil e consequentemente nas usinas do grupo São Martinho e ii) consolidação parcial dos resultados da Usina Boa Vista (51%) como resultado da venda da participação à Petrobrás Biocombustível.

## 8. Fontes de Recursos (milhares de R\$)

### ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

Endividamento	mar/12	mar/11
<b>Em Milhares de R\$</b>		
PESA .....	78.995	76.438
Crédito Rural .....	20.139	25.721
BNDES/FINAME .....	437.843	358.540
Capital de Giro .....	145.465	-
ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio) .....	19.093	4.983
PPE (Pré-Pagamento de Exportação) .....	530.577	245.527
Outros .....	257	484
Obrigações decorrentes de Aquisição da Santa Cruz .....	113.475	-
<b>Dívida Bruta Total .....</b>	<b>1.345.844</b>	<b>711.693</b>
Disponibilidades .....	410.567	222.219
<b>Dívida Líquida .....</b>	<b>935.277</b>	<b>489.474</b>
<b>Dívida Líquida/EBITDA Acum. ....</b>	<b>1,6 x</b>	<b>0,8 x</b>

O endividamento líquido do Grupo São Martinho atingiu R\$ 935,3 milhões em março/12 o que representa um aumento de 91,1% em relação a março/11. O principal fator que contribuiu para o crescimento do endividamento foi à aquisição parcial de 32,18% da Santa Cruz S.A. e Agropecuária Boa Vista. Ao somarmos a valor pago aos acionistas vendedores (R\$ 170 milhões) e consolidação parcial da dívida líquida da Santa Cruz (R\$ 203,5 milhões), explicamos aproximadamente 85% do aumento do dívida.

**9. Sustentabilidade:** A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos do Grupo São Martinho e está presente na missão da Companhia de oferecer produtos de forma inovadora e que assegurem a preservação dos recursos naturais existentes. Para o Grupo, ter como essência de seu negócio o etanol, açúcar, energia e outros derivados da cana-de-açúcar, que é um recurso renovável, vai além de estabelecer um compromisso com o meio ambiente, comunidade, clientes, parceiros e consumidores. Significa uma importante oportunidade de fomentar seu crescimento ao mesmo tempo em que colabora para o bem-estar das futuras gerações. A sustentabilidade permeia toda a cadeia produtiva do Grupo, que abrange desde o uso responsável do solo, plantio e colheita mecanizada da cana-de-açúcar, reutilização de resíduos no processo produtivo, respeito e conservação do meio ambiente, ética e governança corporativa até o relacionamento com a comunidade e os demais públicos de interesse. O conceito de sustentabilidade sempre esteve presente na cultura da companhia e permeou a sua forma de operar e gerir o negócio. O Grupo São Martinho tem investido historicamente em melhorias de processos, tecnologias e iniciativas que, além de refletir sua preocupação com a sustentabilidade, melhoram sua eficiência operacional. **9.1. Projetos Sociais/ Ações Sociais: Capacitação para o primeiro emprego:** Em parceria com instituições de Itacemópolis, Quirinópolis (GO), e Pradópolis, a Companhia investe em programas sociais que propiciam acesso ao mercado de trabalho para, aproximadamente, 55 jovens de 16 a 18 anos. Todos são oriundos do Ensino Médio regular destas comunidades e prestam serviços na área administrativa, recebendo salários de primeiro emprego e de responsabilidades, além de salário, benefícios e a oportunidade de permanecer na Companhia ao final do programa. **"Telessalas"** - Iniciativa da Usina Itacem, em parceria com a Fundação Bradesco, responsável pela supervisão pedagógica, já formou cerca de dois mil alunos desde 2001, quando foi implementada. São seis telessalas nas cidades de Itacemópolis e Limeira, totalizando 240 vagas anuais disponibilizadas para os colaboradores da usina e também abertas à comunidade, além de mais duas telessalas, todas com equipamentos, material didático e monitores custeados pela usina. **Salas de Desenvolvimento Psicossocial** - O projeto proporcionou a construção de salas de desenvolvimento psicossocial na Fundação Lions, bem como a reforma de outras áreas do Centro de Ensino Especial "Dr. Alfredo Mariz Costa", em Quirinópolis (GO), possibilitando melhor qualidade no atendimento a aproximadamente 160 pessoas de 5 a 94 anos, portadoras de necessidades especiais atendidas pela instituição. Este projeto tem o apoio do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Programa de Formação de Motoristas e Operadores** - Com o aumento da mecanização agrícola e com o fim das queimadas previsto em lei é necessária a capacitação da mão-de-obra remanescente. Embora já tendo um elevado índice de mecanização, a Companhia investe constantemente em seus trabalhadores rurais, capacitando-os a operar tratores, máquinas e colhedoras de cana após treinamento teórico. Através do "Programa de Formação de Motoristas e Operadores" esta ação tem suprido a demanda da Companhia por profissionais qualificados, e também disponibilizado ao mercado profissionais a uma vaga qualificada. **Programa de formação de mantenedores de máquinas agrícolas** - Em parceria com o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, este programa amplia as habilidades e capacita o trabalhador rural a realizar manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas, principalmente em funções de solda, tornearia, mecânica, caldeiraria, eletroeletrônica, e componentes, entre outros. **Programa Capacitação da Comunidade e Aprendiz SENAI** - Realizado em parceria com o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, nas cidades de Rio Verde e Quirinópolis (GO), proporcionando aprendizado e crescimento profissional para as comunidades de Quirinópolis, onde está instalada a Usina Boa Vista. São disponibilizados cursos de metrologia, desenho técnico, mecânica diesel, mecânica industrial e eletroeletrônica. Este projeto tem o apoio do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Outra iniciativa importante é o convênio Aprendiz SENAI em parceria com as usinas, que funciona como porta de entrada dos jovens profissionais na empresa e no mercado de trabalho. **9.2 Projetos Ambientais: Centro de Educação Ambiental - CEA** - O Centro de Educação Ambiental (CEA), inaugurado em 2000, na Usina São Martinho, e em 2010 na Usina Boa Vista, é uma experiência de sucesso e uma instrutiva forma de ensinar sobre a preservação dos recursos naturais do planeta. O projeto, com infra-estrutura, equipamentos e recursos diferenciados, está há quase uma década em operação na Usina São Martinho, onde já recebeu mais de 50 mil visitantes, a maioria estudantes dos ensinos médio e fundamental e colaboradores. **Viveiro de Mudanças** - O Grupo São Martinho mantém um viveiro de mudas localizado em Pradópolis (SP) e outro em Quirinópolis (GO), que produzem, aproximadamente, 300 mil mudas de árvores por ano para reflorestamento de matas ciliares, reserva legal, e doações à comunidade, poder público, etc. São mais de 200 espécies de árvores nativas. Desta maneira, protege-se o meio ambiente, preservando a fauna e a flora original, prevenindo e evitando a erosão do solo e o assoreamento dos cursos d'água. **Projeto "Viva a Natureza"** - Iniciado em 2000 na Usina São Martinho, prevê o plantio de 1 milhão de mudas de árvores nativas até 2010 nas áreas de recomposição e matas ciliares em todos os municípios onde o grupo São Martinho atua. Com a participação dos alunos, comunidade e praticamente todos os colaboradores, o projeto tem a finalidade de sensibilizar, educar e preservar a natureza. **10. Aderência à Câmara de Arbitragem:** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal (este último quando e se instalado) estão obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, nos termos do artigo 46 de seu Estatuto Social.

Pradópolis, 25 de junho de 2012.

Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2012. As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2011 foram as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e o IFRS. Na safra 2011/2012, o Grupo São Martinho processou 11,4 milhões de toneladas, o que representou uma queda de 12,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, consequência da quebra de safra, resultante de fatores climáticos adversos, como geadas, florescimento de cana, etc. A queda de produção foi parcialmente compensada pelo aumento de preços e a São Martinho conseguiu encerrar o exercício com Lucro de R\$ 126,6 milhões, uma queda de apenas 11% em relação ao ano anterior. No exercício social de 2012, destacaram-se ainda os seguintes eventos: 1) Em 02 de agosto de 2011, anunciamos a criação da holding controladora da São Martinho S.A., nomeada LJN Participações S.A., pelos controladores da Companhia, Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações S.A.; 2) Em 17 de agosto de 2011, anunciamos o plano de investimento para a ampliação da capacidade de moagem da Usina Boa Vista, em Goiás, para oito milhões de toneladas, previsto ocorrer na safra 2016/2017; 3) Em 31 de outubro de 2011, anunciamos a compra de 32,18% da Santa Cruz - Açúcar e Alcool (Usina Santa Cruz) e 17,97% da Agropecuária Boa Vista, localizadas a aproximadamente 45 km da Usina São Martinho; Abaixo, detalhamos o andamento de nossos negócios durante o exercício de 2012 bem como as perspectivas para a safra 12/13 (exercício social de 2013). Diretor Presidente - Fábio Venturéli.

**1. Descrição dos Negócios:** A São Martinho S.A. - uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do Brasil - possui, atualmente, quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP); Itacem, em Itacemópolis (região de Limeira, SP), 50,95% da Boa Vista (Quirinópolis, a 300km de Goiânia, GO) e 32,18% da Santa Cruz (região de Américo Brasileiro, a 45km da Usina São Martinho). Na safra 2011/2012, o Grupo São Martinho processou 11,4 milhões de toneladas (10,6 milhões de toneladas considerando a participação proporcional na Usina Boa Vista), o que representou uma queda de 12,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, consequência da quebra de safra, resultante de fatores climáticos adversos, como geadas, florescimento de cana, etc. Nossas vendas líquidas consolidadas na safra 11/12 atingiram R\$ 1.367 milhões, sendo 42% destinado para o mercado local e 58% para o mercado externo.

**2. Conjuntura Econômica Geral e Mercado:** A safra 2012 foi novamente impactada por fatores climáticos que afetaram negativamente a produção de açúcar e etanol no Brasil. Com isso, a expansão da oferta continua bastante limitada. De acordo com a UNICA (União da Indústria de Cana de Açúcar), a região Centro Sul iria moer na safra 11/12 aproximadamente 568 milhões de toneladas de cana de açúcar. A safra encerrou com moagem efetiva de 493,3 milhões de toneladas (-13,2%), totalizando 31,3 milhões de toneladas de açúcar (-6,6%) e 20,5 bilhões de litros de etanol (-19,6%). No acumulado dos 12M12, o preço do açúcar em dólar apresentou crescimento de 7,9%, impactando positivamente os preços médios de vendas. No caso do etanol, a elevação nos preços no mesmo período foi de 29,4% para o etanol anidro e 24,7% para o etanol hidratado, impulsionado principalmente pela redução do volume produzido.

**3. Gestão de Pessoas:** Pautado em um modelo de Gestão de Pessoas atualizado e abrangente, assim como pilares sólidos para atrair, formar e reter pessoas, o Grupo São Martinho visa propiciar oportunidades, capacitar e motivar as equipes, estudar novas tecnologias e parcerias para agregar maior valor ao seu produto, tornaram-se objetivos do dia a dia da Companhia para enfrentar os desafios cada vez maiores do setor sucroenergético. Algumas ferramentas e programas são desenvolvidos pela Companhia.

**Estagiário:** O objetivo é prepará-los através da integração dos conhecimentos da escola e da organização. A meta é contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno por meio da complementação do ensino-aprendizagem prática. Com essa interação, o Grupo acredita que o aluno e a empresa ganham através do estímulo ao aperfeiçoamento técnico do estagiário e de seus colaboradores. **Jovem aprendiz:** Através de convênios com instituições como SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, a Companhia atende à legislação, prepara tecnicamente novos profissionais de acordo com sua demanda e cria oportunidade de acesso ao mercado de trabalho aos jovens, através do primeiro emprego. **Trainee:** Objetiva atrair, reter e desenvolver talentos potenciais para atuar como líderes da organização no curto e médio prazo a fim de garantir sustentabilidade ao negócio. Através do projeto "Líderes do Futuro", o trainee conhece a realidade da São Martinho e aprende a relacionar-se com pessoas de diversas áreas e diferentes culturas e participa de uma abrangente agenda de cursos, visitas e trabalhos.

**Remuneração:** O Grupo São Martinho adota práticas de remuneração compatíveis com o mercado e estabelece políticas que valorizam e reconhecem o desempenho dos colaboradores. **PPR - Programa de Participação nos Resultados:** Com metas anuais e foco no desempenho econômico, financeiro e operacional, os colaboradores do Grupo podem obter até dois salários a mais por ano dependendo do alcance das metas acordadas. **Remuneração Variável:** A Companhia adota também a remuneração variável mensal baseada na performance das equipes, dos processos. Abrange os colaboradores dos processos agrícola e industrial que podem assim, obter um incremento substancial em sua remuneração mensal. **Remuneração por Competências e Habilidades:** Um dos programas adotados pela Companhia é a Avaliação por Competências e Habilidades, realizada anualmente e, de acordo com os resultados individuais, pode gerar uma alteração no salário fixo ou pagamento de forma variável. **Benefícios:** O Grupo São Martinho oferece um completo pacote de benefícios aos colaboradores. Os principais são: plano de saúde, previdência privada, assistência odontológica e farmacêutica, refeição, cesta básica, transporte, seguro de vida, entre outros específicos de cada unidade. **Segurança:** A Companhia adota os mais rígidos padrões de segurança na prevenção de acidentes do trabalho e oferece um ambiente e uma atividade laboral que prezam pela integridade física do colaborador. Um intenso trabalho de conscientização e prevenção também é desenvolvido através de campanhas (Faça o Certo. Celebre a Vida, Acidente Zero, outros), Programas (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Auditorias/Inspeções, outros) de diálogos diários de segurança, atuação efetiva das CIPA's (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), investimento em EPI's - Equipamentos de Proteção Individuais de primeira linha, certificados e desenvolvidos para atender exigências ergonômicas, além da capacitação intensa da sua equipe de técnicos. **Saúde Ocupacional:** Possui estrutura própria que atende à legislação vigente, equipes treinadas constantemente e equipamentos de apoio. O Grupo investe em campanhas, programas e palestras de prevenção que garantem melhores condições de saúde e bem-estar aos colaboradores. A ginástica laboral, adotada em todas as áreas da Companhia, proporciona a prevenção de lesões, corrige posturas e melhora o desempenho. **Treinamento/Capacitação:** O desenvolvimento das competências comportamentais e habilidades técnicas é o principal objetivo do investimento em treinamento e capacitação. A Companhia acredita que é a melhor forma de preparar a organização para enfrentar os desafios futuros, que exigirão cada vez mais profissionais motivados, atualizados, versáteis e comprometidos. Um dos programas estruturados pelo Grupo - PDG - Programa de Desenvolvimento de Gestores - visa o desenvolvimento das competências organizacionais, bem como aspectos relacionados à cultura e ao negócio. O programa utiliza a metodologia de Ram Charlam - Pipeline de Liderança - e abrange todos os Gestores da Companhia. **Gestão de Potenciais:** Preocupada em alcançar as metas de crescimento, o Grupo desenvolve programa que visa valorizar seus colaboradores através da identificação e preparação de seus possíveis sucessores.

**Bolsas de Estudo:** Com o objetivo principal de desenvolver as competências necessárias para avançar a performance dos colaboradores, este programa contempla cursos de níveis técnico, graduação e pós-graduação.

## 4. Investimentos (milhares de R\$)

São Martinho - Consolidado	4T12	4T11	Var. %	12M12	12M11	Var. %
Capex de Manutenção						
Plântio de Cana .....	41.551	25.669	61,9%	96.824	74.023	30,8%
Industriais / Agrícolas .....	55.198	52.868	4,4%	106.315	100.493	5,8%
Tratos Culturais .....	25.419	24.015	5,8%	116.543	87.835	32,7%
<b>Sub Total .....</b>	<b>122.169</b>	<b>102.551</b>	<b>19,1%</b>	<b>319.682</b>	<b>262.351</b>	<b>21,9%</b>
Modernização / Mecanização / Expansão						
Industriais / Agrícolas .....	45.447	12.975	250,3%	164.397	32.518	405,6%
Outros .....	-	-	n.m.	-	387	n.m.
<b>Sub Total .....</b>	<b>45.447</b>	<b>12.975</b>	<b>250,3%</b>	<b>164.397</b>	<b>32.905</b>	<b>399,6%</b>
Usina Boa Vista						
Plântio de Cana .....	1.053	12.467	(91,6%)	44.225	52.936	(16,5%)
Industriais/Agrícolas .....	22.130	13.777	60,6%	40.794	75.649	(46,1%)
Tratos Culturais .....	5.967	4.566	30,7%	36.709	30.268	21,3%
<b>Sub Total .....</b>	<b>29.151</b>	<b>30.809</b>	<b>(5,4%)</b>	<b>121.728</b>	<b>158.854</b>	<b>(23,4%)</b>

## 11. Serviços Prestados pelos Auditores Externos - 2. Auditores - 2.1 Em relação aos auditores independentes

	Exercício social findo em 31 de março de			
	2012	2011	2010	2009
a) Nome empresarial	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (1º trimestre)	
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	<i>Sr. Mauricio Cardoso de Moraes</i> CPF: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com 			

# SÃO MARTINHO S.A.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	288.554	116.461	410.567	222.219	Empréstimos e financiamentos	18	117.551	80.291	247.504	140.982
Contas a receber de clientes	8	33.869	50.439	38.399	59.673	Instrumentos financeiros					
Instrumentos financeiros						derivativos	30	13.542	25.910	14.269	25.910
derivativos	30	10.283	5.967	11.063	5.967	Fornecedores	19	56.751	46.642	76.655	61.096
Estoques	9	104.624	116.042	137.375	139.106	Obrigações com a Copersucar	20	2.040	2.040	2.356	2.203
Tributos a recuperar	10	28.977	12.650	39.701	33.520	Salários e contribuições sociais		44.790	37.015	57.297	44.000
Imposto de renda e contribuição social	26	17.658	1.023	20.550	5.037	Tributos a recolher		9.376	18.294	12.199	20.343
Dividendos a receber		8.604				Imposto de renda e contribuição social	26		829	240	829
Outros ativos	12	4.905	4.958	5.551	5.692	Partes relacionadas	11		33	224	705
		497.474	307.540	663.206	471.214	Dividendos a pagar	23	30.070	9.180	30.070	9.180
						Adiantamentos de clientes		5.810	14.455	8.418	14.475
<b>Não circulante</b>						Aquisição de participação societária	38	57.906		57.906	
Realizável a longo prazo						Outros passivos	22	13.769	21.398	10.215	21.137
Aplicações financeiras	13			6.541	2.848			351.605	256.087	517.353	340.860
Estoques	9	13.927		26.877		<b>Não circulante</b>					
Partes relacionadas	11	17.672	4.833	3.788	33	Empréstimos e financiamentos	18	671.412	335.790	984.865	570.711
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26			38.227	43.917	Obrigações com a Copersucar	20	200.409	201.650	222.007	207.645
Contas a receber da Copersucar		1.545	9.749	1.737	9.939	Tributos parcelados	21	49.873	54.910	57.873	55.833
Tributos a recuperar	10	23.413	14.354	46.581	37.220	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	404.681	375.874	820.201	728.368
Depósitos judiciais	29	41.784	30.564	44.972	32.367	Provisão para contingências	29	68.064	70.043	74.259	74.284
Outros ativos	12	253	5.619	395	7.101	Aquisição de participação societária	38	55.569		55.569	
		98.594	65.119	169.118	133.425	Adiantamentos para futuro aumento de capital	11			23.543	
Investimentos	14	1.376.929	1.213.426	8.262		Outros passivos	22	6.817	10.411	6.819	10.471
Ativos biológicos	15	443.536	342.152	632.904	435.532			1.456.825	1.048.678	2.245.136	1.647.312
Imobilizado	16	1.413.608	1.328.183	3.244.267	2.864.761	<b>Patrimônio líquido</b>	23				
Intangível	17	2.967	1.831	69.410	36.726	Capital social		455.900	455.900	455.900	455.900
		3.335.634	2.950.711	4.123.961	3.470.444	Ajustes de avaliação patrimonial		1.272.558	1.304.969	1.272.558	1.304.969
						Reservas de lucros		308.867	194.516	308.867	194.516
						Ações em tesouraria		(12.753)	(1.899)	(12.753)	(1.899)
						Opções de ações outorgadas		106		106	
								2.024.678	1.953.486	2.024.678	1.953.486
<b>Total do ativo</b>		<b>3.833.108</b>	<b>3.258.251</b>	<b>4.787.167</b>	<b>3.941.658</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>3.833.108</b>	<b>3.258.251</b>	<b>4.787.167</b>	<b>3.941.658</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

Em 1º de abril de 2010	Nota	Ajustes de avaliação patrimonial				Resultado com derivativos - Deemed cost hedge accounting				Reserva de lucros		Ações em tesouraria	Opções outorgadas	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Própria	De investidas	De investidas	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Opções outorgadas							
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos																
Realização de mais-valia de deemed cost			(21.087)	(16.995)										38.082	(8.838)	(8.838)
Resultado com derivativos - hedge accounting																(61.121)
Aumento de capital com reserva		95.900									(95.900)					
Incorporação de deemed cost da USM			243.345	(243.345)												
Ajuste pela redução de participação em investida				504												504
Lucro líquido do exercício														142.288		142.288
Destinação do lucro:																
Constituição de reservas								5.468	54.093					(59.561)		(9.180)
Dividendos mínimos obrigatórios														(9.180)		(9.180)
Dividendos adicionais propostos														(21.062)		(21.062)
Distribuição de juros sobre capital próprio														(19.558)		(19.558)
<b>Em 31 de março de 2011</b>	<b>23</b>	<b>455.900</b>	<b>645.667</b>	<b>674.582</b>	<b>(15.300)</b>	<b>15.199</b>	<b>158.255</b>	<b>21.062</b>	<b>(1.899)</b>	<b>1.953.486</b>	<b>(21.062)</b>	<b>(10.854)</b>	<b>106</b>	<b>2.024.678</b>	<b>1.953.486</b>	<b>(21.062)</b>
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos																
Realização de mais-valia de deemed cost			(38.508)	(364)										38.872		6.461
Resultado com derivativos - hedge accounting																
Incorporação de deemed cost da OMTEK			3.374	(3.374)												
Aquisição de ações de emissão própria												(10.854)				(10.854)
Opções de ações outorgadas													106			106
Lucro líquido do exercício														126.611		126.611
Destinação do lucro:																
Constituição de reservas								6.331	123.068					(129.399)		(30.070)
Dividendos mínimos obrigatórios														(30.070)		(30.070)
Dividendos adicionais propostos														(6.014)		(6.014)
<b>Em 31 de março de 2012</b>	<b>23</b>	<b>455.900</b>	<b>610.553</b>	<b>670.844</b>	<b>(8.839)</b>	<b>21.530</b>	<b>281.323</b>	<b>6.014</b>	<b>(12.753)</b>	<b>1.953.486</b>	<b>106</b>	<b>(10.854)</b>	<b>106</b>	<b>2.024.678</b>	<b>1.953.486</b>	<b>(10.854)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/03/2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Contexto Operacional - 1.1 Informações gerais:** A São Martinho S.A. ("Companhia") e suas controladas têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração agrícola e pecuária; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades. Aproximadamente 64% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parceiras agrícolas e 36% de fornecedores terceiros. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização de açúcar e etanol é realizada em parceria com a Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool ("SC") através de acordo comercial, onde os custos, despesas e obrigações decorrentes das operações de venda são rateados proporcionalmente entre a Companhia e suas controladas e a SC, de acordo com os percentuais de participação nos volumes totais comercializados. No exercício anterior, a referida comercialização era efetuada por intermédio do consórcio Allcom. Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantém investimentos nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas: • Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Vale do Mogi"), anteriormente denominada Usina São Martinho S.A. ("USM"); • Nova Fronteira Bioenergia S.A. ("NF") e suas controladas: • Usina Boa Vista S.A. ("UBV"); e • SMCJ Agroindustrial S.A. ("SMCJ"); • SMA Indústria Química S.A. ("SMA"); • Usina Santa Luiza S.A. ("USL"); • São Martinho Energia S.A. ("SME"); • Ometek Indústria e Comércio Ltda. ("Ometek") - investimento incorporado pela Companhia em 30 de maio de 2011; • Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool ("SC") e sua controlada: • Companhia Bioenergética Santa Cruz 1 ("Bio"); • Agro Pecuária Boa Vista S.A. ("ABV"); e • CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. ("CTC"). A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada no Novo Mercado da BM&FBOvespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOvespa"), com sede em Pradópolis, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela holding LNJ Participações S.A. ("LJN"), com participação de 56,12% no capital votante. A LJN, por sua vez, é de propriedade das seguintes holdings familiares: Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações Ltda. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de junho de 2012. **1.2 Constituição e aumento de capital social da NF:** Em 21 de junho de 2010, a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, por meio da sua subsidiária Petrobrás Biocombustível S.A. ("PBio") anunciaram a assinatura de um acordo de investimentos para produção de etanol no Estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil. Com o acordo, foi constituída uma nova sociedade, a NF, que compreendeu os ativos das subsidiárias UBV e SMCJ. O objetivo é elevar o processamento da UBV e implantar o projeto ("greenfield") SMCJ. A PBio terá direito de preferência, em termos e condições de mercado para compra de até 49% da produção de etanol e da energia elétrica excedente da nova sociedade. Em conexão com o acordo acima mencionado, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da controlada NF, no montante de R\$ 427.040, mediante a subscrição de 427.039.541 novas ações ordinárias, passando o capital social da controlada ser de R\$ 427.040. A integralização ocorreu mediante conferência da totalidade de ações ordinárias nominativas das empresas UBV e SMCJ, sendo R\$ 111.355 pela Companhia e R\$ 315.684 pela controlada USM (atualmente Vale do Mogi). Adicionalmente, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2010, foi aprovado novo aumento de capital social da controlada NF, no montante de R\$ 420.874, mediante a subscrição de 410.293.373 novas ações ordinárias, ao preço unitário de emissão de R\$ 1,025788, passando o capital social da controlada ser de R\$ 847.914. Conforme requerido pela CVM, foi aberto aos acionistas minoritários da Companhia o direito de preferência no aumento de capital, sendo a parcela do capital social exercida por estes de 405.308 ações no montante de R\$ 416. As demais 409.888.065 ações emitidas, no montante de R\$ 420.458, foram subscritas pela PBio, sendo R\$ 257.423 integralizados até 31 de dezembro de 2010 e R\$ 163.035 integralizados em 1º de novembro de 2011. Devido aos acionistas minoritários terem exercido seu direito na subscrição de ações da NF, para atendimento ao acordo realizado entre a Companhia e a PBio no tocante a esta possuir 49% do capital social do investimento, em 21 de dezembro de 2010 a Companhia vendeu para a PBio 405.308 ações ordinárias pelo montante de R\$ 416. Após a alienação, a participação no capital social subscrito da NF passou a ser de 50,95% para a Companhia, 49% para a PBio e 0,05% para os acionistas minoritários. Com a redução de participação da Companhia na NF, o saldo consolidado que até 31 de outubro de 2010 contemplava a participação de 100%, em 31 de março de 2011 passou a contemplar a participação de 62,89%, calculada com base no capital integralizado. Adicionalmente, a referida integralização por parte da PBio e a alienação de ações aos acionistas minoritários geraram ganho de capital líquido para a Companhia e para a USM, nos montantes de R\$ 8.532 e R\$ 24.666, respectivamente, os quais foram registrados diretamente no resultado do exercício, como "Outras receitas (despesas), líquidas", por terem sido caracterizados como ganho na perda parcial de controle no âmbito de constituição de *joint venture* com contribuição de ativos, conforme interpretação da norma internacional SIC 13 - "Jointly controlled entities - non-monetary contributions by venturers", com essência comercial. Em 31 de março de 2012, após a integralização de capital pela PBio no valor de R\$ 163.035, ocorrida em 1º de novembro de 2011, o percentual de participação da Companhia na NF foi reduzido de 62,89% para 50,95% (calculado com base no capital integralizado). Consequentemente, a referida integralização gerou um ganho de capital líquido para a Companhia no montante de R\$ 13.720, que também foi registrado diretamente no resultado do exercício, como "Outras receitas (despesas), líquidas", em linha com o acima mencionado. **1.3 Cisão total da Mogi Agrícola S.A. ("Mogi"):** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2010, foi aprovada a cisão total dos ativos e passivos da Mogi Agrícola S.A., com base em laudo de avaliação a valor contábil de 30 de setembro de 2010, emitido por peritos avaliadores independentes, com subsequente incorporação do acervo líquido cindido por seus acionistas, a USM (atualmente Vale do Mogi) e a ARDR - Agro São José Ltda. ("ARDR"). O acervo líquido cindido, bem como a parcela incorporada pela USM, incluindo as variações patrimoniais até 31 de outubro de 2010 foi:

Ativo	Acervo líquido cindido	Passivo	Acervo líquido cindido
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	65.004	Empréstimos e financiamentos	101.506
Contas a receber de clientes	26.592	Instrumentos financeiros derivativos	15.856
Estoques	269.797	Fornecedores	120.878
Tributos a recuperar	10.480	Obrigações Copersucar	1.450
Outros ativos	3.960	Salários e contribuições sociais	30.775
		Tributos a recolher	10.164
		Outros passivos	32.669
	<b>375.833</b>		
<b>Não circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
Realizável a longo prazo		Empréstimos e financiamentos	330.146
Partes relacionadas	2.597	Obrigações Copersucar	137.313
IR e CS diferidos	49.864	Impostos parcelados	35.806
Tributos a recuperar	8.944	Tributos diferidos	204.226
Outros ativos	3.195	Provisão para contingências	20.541
	64.600	Outros passivos	820
Investimentos	337.774		
Ativos biológicos	214.376		
Imobilizado	492.510		
Intangível	1.142		
	1.045.802		
<b>Total do ativo</b>	<b>1.486.235</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>1.042.150</b>

**1.5 Incorporação da Ometek Indústria e Comércio Ltda. ("Ometek"):** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de maio de 2011, foi aprovada incorporação dos ativos e passivos da Ometek Indústria e Comércio Ltda., com base em laudo de avaliação a valor contábil de 30 de abril de 2011, emitido por peritos avaliadores independentes. O acervo líquido incorporado pela Companhia, incluindo as variações patrimoniais até 30 de maio de 2011, foi:

Ativo	Acervo líquido cindido	Passivo	Acervo líquido cindido
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.320	Fornecedores	723
Contas a receber de clientes	321	Salários e contribuições sociais	465
Estoques	1.400	Tributos a recolher	57
Tributos a recuperar	13.799	Outros passivos	21
Outros ativos	895		
	17.735		
		<b>Não circulante</b>	
		Impostos parcelados	469
		IR e CS diferidos	1.760
		Provisão para contingências	358
		Investimentos	469
		Ativos biológicos	1.760
		Imobilizado	570
		Intangível	9.198
			2
			9.200
<b>Total do ativo</b>	<b>27.505</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>3.853</b>

emitidos pelo *International Accounting Standards Board*. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas. **2.2 Consolidação - (a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(i) Controladas e controladas em conjunto:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia detém participações societárias de controle conjunto. Nesses casos, o poder de determinar, conjuntamente, as políticas financeiras e operacionais se dão pelos direitos de voto, proveniente das ações ordinárias, e, também, das demais diretrizes estabelecidas nos correspondentes estatutos sociais e acordos de acionistas, firmados entre as partes. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são registrados pelo método de consolidação proporcional, no qual a Companhia reconhece nas demonstrações financeiras consolidadas sua participação nos ativos, passivos e nas receitas e despesas da entidade controlada em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e das suas controladas e controladas em conjunto, observando os percentuais de participação em vigor e os critérios de consolidação proporcional aplicáveis. Os saldos consolidados incluem as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:

Empresa	Atividades principais
Vale do Mogi (antiga USM) - participação de 100% no capital social.	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades. Após a cisão mencionada na Nota 1.4, tem como objetivo a exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola.
NF - 50,95% de participação no capital social. Em 31 de março de 2011, a Companhia detinha 62,89% de participação, com base no capital social integralizado.	Participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, bem como a gestão e comercialização de bens próprios.
SMA - 50% de participação no capital social.	Produção e comercialização de produtos químicos renováveis de alta performance, bem como outros produtos correlatos. Prestação de serviços de armazenagem.
USL - 41,67% de participação no capital social (49,73% incluindo as participações da SC e ABV).	Cogeração e comercialização de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia e participação em outras sociedades.
SME - participação de 100% no capital social.	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades.
SC - participação de 32,19% no capital social.	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola.
ABV - participação de 17,97% no capital social (32,53% incluindo a participação da SC).	Industrialização e comercialização, no mercado externo, de sal sódico. O ciclo operacional é o mesmo da sociedade controladora, que é a responsável pelo fornecimento, em condições específicas, do melado de cana-de-açúcar, vapor e energia elétrica, insumos necessários à produção da empresa.
Omtek - participação de 100% no capital social. Investimento incorporado pela Companhia em 30 de maio de 2011.	

Abaixo seguem as demonstrações resumidas das empresas consolidadas proporcionalmente (controladas em conjunto) pela Companhia: • NF (consolidado) - Participação de 50,95% no capital social em 31 de março de 2012 (62,89% em 2011):

	2012	2011
Ativo circulante .....	268.772	224.990
Ativo não circulante: .....		
Realizável a longo prazo .....	146.816	109.445
Investimentos, ativo biológico, imobilizado e intangível .....	907.479	801.400
Total do ativo .....	1.323.067	1.135.835
Passivo circulante .....	164.404	138.172
Passivo não circulante .....	359.194	373.811
Patrimônio líquido .....	799.469	623.852
Total do passivo e patrimônio líquido .....	1.323.067	1.135.835
Receita líquida de vendas .....	302.536	153.875
Custos e despesas operacionais .....	(306.082)	(159.192)
Prejuízo operacional, antes dos tributos .....	(3.546)	(5.317)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício .....	1.650	(1.896)
• SC (consolidado) - Participação de 32,19% no capital social em 31 de março de 2012:		

	2012	2011
Ativo circulante .....	104.593	
Ativo não circulante: .....		
Realizável a longo prazo .....	49.321	
Investimentos, ativo biológico, imobilizado e intangível .....	1.025.129	
Total do ativo .....	1.179.043	
Passivo circulante .....	278.143	
Passivo não circulante .....	570.121	
Patrimônio líquido .....	330.779	
Total do passivo e patrimônio líquido .....	1.179.043	
Receita líquida de vendas .....	119.610	
Custos e despesas operacionais .....	(141.140)	
Prejuízo operacional, antes dos tributos .....	(21.530)	
Prejuízo do exercício .....	(21.054)	
• ABV - Participação de 32,53% no capital social (incluindo a participação da SC) em 31 de março de 2012:		

	2012	2011
Ativo circulante .....	3.444	
Ativo não circulante: .....		
Realizável a longo prazo .....	43.472	
Investimentos e imobilizado .....	481.754	
Total do ativo .....	528.670	
Passivo circulante .....	12.168	
Passivo não circulante .....	179.789	
Patrimônio líquido .....	336.713	
Total do passivo e patrimônio líquido .....	528.670	
Receita líquida de vendas .....	119	
Custos e despesas operacionais .....	(8.039)	
Prejuízo operacional, antes dos tributos .....	(7.920)	
Prejuízo do exercício .....	(6.224)	

	2012	2011
• USL - Participação de 49,73% no capital social (incluindo as participações da SC e ABV) em 31 de março de 2012 (41,67% em 2011):		
Ativo circulante .....	2.736	4.424
Ativo não circulante: .....		
Realizável a longo prazo .....	3.845	1.041
Imobilizado e intangível .....	5.767	6.743
Total do ativo .....	12.348	12.208
Passivo circulante .....	1.660	1.761
Passivo não circulante .....	25.902	25.188
Passivo a descoberto .....	(15.214)	(14.741)
Total do passivo e do passivo a descoberto .....	12.348	12.208
Receita líquida de vendas .....	653	646
Custos e despesas operacionais .....	(4.974)	(1.505)
Prejuízo operacional, antes dos tributos .....	(4.321)	(859)
Prejuízo do exercício .....	(4.287)	(150)
• SMA - Participação de 50% no capital social:		

	2012	2011
Ativo circulante .....	339	107
Ativo não circulante: .....		
Realizável a longo prazo .....	2.790	
Imobilizado e intangível .....	44.615	1.370
Total do ativo .....	47.744	1.477
Passivo circulante .....	2.289	1.434
Passivo não circulante .....	47.087	
Passivo a descoberto e patrimônio líquido .....	(1.632)	43
Total do passivo e do passivo a descoberto e patrimônio líquido .....	47.744	1.477
Prejuízo do exercício .....	(1.675)	(57)

**(ii) Transações e participações de acionistas não controladores:** A Companhia trata as transações com participações de acionistas não controladores, quando aplicável, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido. Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação direta na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subseqüente contabilização da participação direta em uma coligada ou controlada em conjunto. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais as controladas e as controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo. **2.3 Apresentação de informação por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com os demonstrativos internos fornecidos para os principais tomadores de decisões operacionais. Os principais tomadores de decisões operacionais, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais são: a diretoria, a presidência e o conselho de administração, responsáveis inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. **2.4 Conversão em moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação. **(b) Transações e saldos:** As operações com

moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados como "Variações monetárias e cambiais líquidas (Nota 35)", exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6 Ativos financeiros - 2.6.1 Classificação:** A Companhia classifica os ativos financeiros como: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimo e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado como mantido até o vencimento ou disponível para venda. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e outros ativos", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Partes relacionadas" (Regulas 7, 8 e 11). **2.6.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrer. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da Companhia. **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - impairment:** A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e a redução ao valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante o tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar a redução ao valor recuperável com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a redução ser reconhecida, a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado. **2.7 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*. As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, como quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. Os derivativos do Grupo designados como *hedge accounting* são apenas de "fluxo de caixa", cujas transações estão descritas na Nota 30. O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração da Companhia e de suas controladas e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo. Apenas a parcela dos derivativos designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"), líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*. O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 30. **2.8 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço. **2.9 Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação. Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar (tratos culturais) são apropriados às safras em andamento e classificados na rubrica "Ativos Biológicos" - Nota 15. A cana-de-açúcar no momento da colheita é considerada como produto agrícola e é mensurada pelo seu valor justo, menos despesas com vendas, o qual é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol. **2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, bem como dos débitos correntes, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 26). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.11 Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os correspondentes passivos em discussão são demonstrados na Nota 29. **2.12 Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia, conforme demonstrado na Nota 14. **2.13 Aquisição de participações societárias:** As aquisições de participações societárias são contabilizadas pelo método de aquisição, seguindo os mesmos critérios das combinações de negócios (CPC 15). O método envolve a mensuração, na data de aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos aos seus valores justos. O excesso entre a contraprestação da aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio. Se a contraprestação é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, o ganho por compra vantajosa na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período em que ocorre a aquisição. A Companhia terá um ano após a data de aquisição, período denominado como "período de mensuração", para mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos, com a consequente alocação do ágio ou contabilização do ganho pela compra vantajosa, conforme o caso. As variações nos valores justos apurados são ajustadas retroativamente. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" que já existiam na data da aquisição. O ágio é inicialmente contabilizado a custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*), ou sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indiquem que o valor contábil possa ser menor do que o valor recuperável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados na demonstração do resultado do período conforme incorridos. **2.14 Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem ao plantio e cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o seu primeiro corte, motivo pelo qual são classificadas como cultura permanente. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 15. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, sendo

registrado na sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos". Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material e, nesses casos, os gastos incorridos constituem-se como referência de valor justo. **2.15 Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na Nota 16. Terras e terrenos não são depreciados. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. A Companhia optou por avaliar determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs/IFRS; ou seja, 1º de abril de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos tributos diferidos (Nota 16 (a)). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. **2.16 Intangível - (i) Ágio/deságio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **(ii) Programas de computador (softwares):** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. **2.17 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:** O imobilizado, e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.18 Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. O arrendamento mercantil da Companhia está divulgado na Nota 15 (a). **2.19 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia. **2.20 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.21 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais correspondentes. **2.22 Reconhecimento de receita e apuração do resultado:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. **(i) Venda de produtos:** As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. A entrada não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **(ii) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **(iii) Demais receitas e despesas/custos:** As demais receitas e despesas/custos são reconhecidas no resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com perspectivas de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantidas reais, histórico e outras características. **(b) Provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques:** A provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques é calculada mediante análise do custo médio de produção dos produtos acabados em relação aos seus valores de realização no mercado, menos as despesas com vendas. **(c) Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos da Companhia e de suas controladas representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 15. **(d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. **(e) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente para que seu registro não apresente uma divergência significativa para o correspondente valor justo no momento inicial. Nesse contexto, a administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período. **(f) Provisão para contingências:** A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(g) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado:** A Companhia e suas controladas revisam e, se apropriado, ajustam as vidas úteis de seus ativos, no mínimo anualmente. **(h) Benefícios fiscais de ICMS:** Conforme descrito na Nota 27, a UBV possui incentivos fiscais de ICMS concedido pelo governo estadual de Goiás. O Supremo Tribunal Federal - STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a UBV vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras. **(i) Aquisição de participação societária:** Conforme descrito na Nota 38, a administração contratou peritos independentes para a mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para a determinação da *purchase pricing allocation* (PPA). As premissas utilizadas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição. **4. Normas e Interpretações de Normas que Ainda não Estão em Vigor:** As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorrem, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável para a Companhia e suas controladas a partir de exercícios iniciados em 1º de abril de 2013. • O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração

**SÃO MARTINHO S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável para a Companhia e suas controladas a partir de exercícios iniciados em 1º de abril de 2013. • O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável para a Companhia e suas controladas a partir de exercícios iniciados em 1º de abril de 2013. • IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável para a Companhia e suas controladas a partir de exercícios iniciados em 1º de abril de 2013. • O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável para a Companhia e suas controladas a partir de exercícios iniciados em 1º de abril de 2013. • IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável para a Companhia e suas controladas a partir de exercícios iniciados em 1º de abril de 2013. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

**5. Gestão de Risco Financeiro - 5.1 Fatores de risco financeiro:** A Companhia e suas controladas dispõem de políticas e procedimentos para administrar, através da utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com variação cambial e volatilidade dos preços do açúcar no mercado internacional de commodities, inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela Administração e referendadas pelo Conselho de Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (c) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços. Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia e de suas controladas contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar junto a clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros. A Companhia e suas controladas gerenciam ativamente as posições contratadas, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas posições firmadas em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros e de opções da bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e em mercado de balcão com sólidas instituições financeiras. **5.2 Risco cambial:** A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, de maneira mais relevante, em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas controladas pela Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, as entidades controladas pela Companhia usam contratos a termo de moedas, NDFs e estratégia de opções. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações. **5.2.1 Ativos e passivos expostos à variação cambial:** O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2012:

	Milhares de US\$ equivalentes	
	R\$	
<b>Ativo circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista) .....	44.794	24.592
Contas a receber de clientes .....	5.819	3.195
Instrumentos financeiros derivativos .....	11.063	6.074
Total dos ativos .....	61.676	33.861
<b>Passivos</b>		
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos .....	100.792	55.316
Instrumentos financeiros derivativos .....	14.269	7.831
Outros passivos .....	3.279	1.800
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos .....	523.149	287.113
Outros passivos .....	6.557	3.599
Total dos passivos .....	648.046	355.659
Sub-total líquido .....	(586.370)	(321.798)

(-) Financiamentos vinculados a exportações - ACC e PPE (\*) ..... 585.743 321.466  
Exposição líquida passiva ..... (627) (332)  
Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2012 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 1,8215 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 1,8221 por US\$ 1,00 para os passivos. (\*) Os saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira referem-se substancialmente a empréstimos na modalidade de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio - ACC e Pré-Pagamento de Exportação - PPE, com vencimentos nos meses de junho de 2012 a setembro de 2016, que estão vinculados à exportação de produtos. Tendo em vista que a liquidação dos contratos mencionados acima se dará através de exportações de produtos, a Administração da Companhia entende que estas operações possuem hedge natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações financeiras, sem efeito equivalente no fluxo de caixa da Companhia e suas controladas. **5.3 Risco de volatilidade no preço de commodities:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Em 31 de março de 2012, 5.006 toneladas de açúcar estavam precificadas através de contratos de venda para entregas futuras previstas a partir de abril de 2012, com fixação em um preço médio de 23,62 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso) junto à bolsa de Nova Iorque - ICE Futures US. **5.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Companhia e suas controladas seguem a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, conforme definido na política da Companhia. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira a Companhia entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que a Companhia pratique preços de venda acima da média histórica. **5.5 Risco de crédito:** A gestão de risco de crédito ocorre através de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia e de suas controladas, por meio da Política de Gestão de Riscos de Contraparte. A Companhia controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira. Com relação ao risco de crédito de clientes a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **5.6 Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada para a Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham aplicações financeiras representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado, que se espera serem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2012				
Empréstimos e financiamentos .....	117.551	106.283	483.201	81.928
Instrumentos financeiros derivativos .....	13.542			
Fornecedores .....	56.751			
Aquisição de participação societária .....	57.906	55.569		
Outros passivos .....	13.769	3.538	3.279	
Em 31 de março de 2011				
Empréstimos e financiamentos .....	80.291	72.062	243.015	20.713
Instrumentos financeiros derivativos .....	25.910			
Fornecedores .....	46.642			
Partes relacionadas .....	33			
Outros passivos .....	21.398	4.845	5.566	

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2012				
Empréstimos e financiamentos .....	226.228	216.614	658.554	130.973
Instrumentos financeiros derivativos .....	14.269			
Fornecedores .....	76.655			
Aquisição de participação societária .....	57.906	55.569		
Outros passivos .....	10.215	3.537	3.282	
Em 31 de março de 2011				
Empréstimos e financiamentos .....	140.982	130.467	371.715	68.529
Instrumentos financeiros derivativos .....	25.910			
Fornecedores .....	61.096			
Partes relacionadas .....	705			
Outros passivos .....	21.137	4.598	5.873	

**5.7 Análise de sensibilidade:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, a Companhia demonstra no quadro a seguir, uma análise de sensibilidade sobre os efeitos de variação do valor justo dos instrumentos financeiros relativos à precificação e proteção de risco cambial e de outros ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira em 31 de março de 2012, que são considerados pela Administração como o risco mais relevante a que a Companhia está exposta. Esta análise considera as expectativas da Administração com relação ao cenário futuro projetado, por este motivo não foi auditada pelos auditores independentes.

Controladora:	Risco	Cenário provável		Cenários possíveis	
		Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%	
<b>Risco de taxa de câmbio</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do US\$	1,80	(470)	(10.035)	(19.600)
Contas a receber	Queda do US\$	1,80	(70)	(1.498)	(2.925)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	1,85	(6.098)	(117.309)	(228.520)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	1,80	29.550	(122.403)	(274.355)
Contas a pagar	Alta do US\$	1,80	119	(2.310)	(4.739)

Consolidado:	Risco	Cenário provável		Cenários possíveis	
		Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%	
<b>Risco de taxa de câmbio</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do US\$	1,80	(543)	(11.606)	(22.669)
Contas a receber	Queda do US\$	1,80	(71)	(1.508)	(2.945)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	1,85	(9.605)	(167.992)	(326.378)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	1,80	30.024	(124.051)	(278.126)
Contas a pagar	Alta do US\$	1,80	119	(2.310)	(4.739)

Risco de taxa de câmbio	Risco	Cenário provável		Cenários possíveis	
		Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%	
<b>Risco de preço</b>					
Contratos a termo de açúcar - NDF	Aumento no preço da commodity	23,97	124	(16.264)	(32.652)
Venda mercado futuro - Etanol	Aumento no preço da commodity	1.199,41	10	(1.800)	(3.610)
Compra mercado futuro - Açúcar	Queda no preço da commodity	24,28	(79)	(4.879)	(10.209)
Venda mercado futuro - Açúcar	Aumento no preço da commodity	24,06	575	(61.518)	(140.499)
Venda de "call" - Açúcar	Queda no preço da commodity	24,10	239	(580)	(1.400)
Compra de "call" - Açúcar	Queda no preço da commodity	24,03	(99)	(528)	(957)
Venda de "put" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	23,99	46	(232)	(510)
Compra de "put" - Açúcar	Queda no preço da commodity	24,10	(80)	(980)	(1.880)
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	Swap (risco queda do US\$)	1,85	(18)	364	745

**5.8 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice correspondente à dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O EBITDA considerado é o acumulado dos últimos doze meses. A Companhia considera ideal um indicador de até 3,5, ou seja, que a dívida líquida corresponda a 3,5 vezes o EBITDA. É aceitável que em anos de baixo preço, dada a ciclicidade natural do setor, que este indicador atinja valores superiores. Porém, em caso de persistência do indicador em níveis elevados, as ações citadas acima, bem como outras, poderão ser colocadas em prática. O referido índice é calculado e divulgado trimestralmente no relatório da administração (release) da Companhia. **5.9 Apuração do valor justo:** A determinação do valor justo ("fair value") dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apuração no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A utilização de diferentes hipóteses pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados com os valores realizados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento de interpretação das informações de mercado. O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado. O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o método de "Black & Scholes", utilizando dados públicos de mercado, especificamente a curvas de juros DI e DDI e de dólar futuro publicadas pela BM&F. O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por metodologia de desconto de fluxo de caixa futuro descontado, os quais são baseados em dados de mercado na data de cada efetivação, especificamente as curvas de juros DI e DDI publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar na bolsa ICE. A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares. A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de março de 2012			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol .....	8		8
Futuros de açúcar .....	4.404		4.404
Opções de açúcar .....	631		631
Contratos a termo - açúcar .....		4.518	4.518
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo - câmbio .....		(12.409)	(12.409)
Contratos de swap .....		(1.133)	(1.133)
Em 31 de março de 2011			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol .....	14		14
Opções de açúcar .....	129		129
Opções de dólar .....		221	221
Contratos a termo - câmbio .....		3.894	3.894
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar .....		(2.634)	(2.634)
Contratos a termo - açúcar .....		(23.276)	(23.276)

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de março de 2012			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol .....	(185)		(185)
Futuros de açúcar .....	4.223		4.223
Opções de açúcar .....	816		816
Contratos a termo - açúcar .....		4.548	4.548
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo - câmbio .....		(12.352)	(12.352)
Contratos de swap .....		(1.543)	(1.543)
Em 31 de março de 2011			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol .....	14		14
Opções de açúcar .....	129		129
Opções de dólar .....		221	221
Contratos a termo - câmbio .....		3.894	3.894
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar .....		(2.634)	(2.634)
Contratos a termo - açúcar .....		(23.276)	(23.276)

	Controladora			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Total
Em 31 março de 2012				
Caixa e equivalentes de caixa .....	288.554			288.554
Contas a receber de clientes .....	33.869			33.869
Instrumentos financeiros derivativos .....		722	9.561	10.283
Partes relacionadas .....	17.672			17.672
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados .....	2.430			2.430
Em 31 março de 2011				
Caixa e equivalentes de caixa .....	116.461			116.461
Contas a receber de clientes .....	50.439			50.439
Instrumentos financeiros derivativos .....	1.709		4.258	5.967
Partes relacionadas .....	4.833			4.833
Depósitos judiciais .....	30.564			30.564
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados .....	8.386			8.386

	Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Outros passivos financeiros
Em 31 março de 2012				
Empréstimos e financiamentos .....	72.199			716.764
Instrumentos financeiros derivativos .....	1.133	12.409		13.542
Fornecedores .....				56.751
Outros passivos .....				14.246
Em 31 março de 2011				
Empréstimos e financiamentos .....	76.154			339.927
Instrumentos financeiros derivativos .....		25.910		25.910
Fornecedores .....				46.642
Partes relacionadas .....				33
Outros passivos .....				17.034

	Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Total
Em 31 março de 2012				
Caixa e equivalentes de caixa .....	410.567			410.567
Aplicações financeiras .....		6.541		
Contas a receber de clientes .....	38.399			38.399
Instrumentos financeiros derivativos .....		1.287	9.776	11.063
Partes relacionadas .....	3.788			3.788
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados .....	2.945			2.945
Em 31 março de 2011				
Caixa e equivalentes de caixa .....	222.219			222.219
Aplicações financeiras .....		2.848		
Contas a receber de clientes .....	59.673			59.673
Instrumentos financeiros derivativos .....		1.709	4.258	5.967
Partes relacionadas .....	33			33
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados .....	10.026			10.026

	Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Outros pass

# SÃO MARTINHO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**14. Investimentos - 14.1 Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas:** O saldo de investimentos da controladora em outras sociedades é composto como segue:

	Vale do Mogi	Omtex	SME	NF	SMA	USL	SC	ABV	Outros	2012 Total
Em Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas:										
Ações/quotas possuídas (milhares) .....	23.500		1	426.635	50	11.898	1.643	1.146		
Percentual de participação .....	100,00%		100,00%	50,95%	50,00%	41,67%	32,19%	17,97%		
Capital social .....	59.540		1	847.906	100	7.341	65.323	224.803		
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) .....	765.539		(162)	799.469	(1.632)	(15.215)	330.779	343.483		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício .....	31.109		(163)	1.650	(1.674)	(4.287)	(21.054)	(5.574)		
Movimentação dos investimentos:										
Saldo em 31 de março de 2011 .....	762.435	24.614		392.341	21	34.015				1.213.426
Reclassificação de outros ativos .....									5.216	5.216
Dividendos adicionais distribuídos .....	(20.617)									(20.617)
Aquisição de participação - Nota 36 .....							102.764	65.308		168.072
Deságio (ganho) por compra vantajosa - Nota 38 .....							11.259			11.259
Reclassificação do benefício fiscal sobre ágio - Nota 38 .....								(882)		(882)
Recebimento de juros sobre capital próprio .....							(756)			(756)
Integralização e aumento de capital .....						1.583			2.524	4.107
Incorporação de acervo líquido - Nota 1.5 .....		(23.652)								(23.652)
Ganho de capital na operação descrita na Nota 1.2 .....				13.720						13.720
Resultado de equivalência patrimonial .....	31.109	(962)	(163)	1.281	(837)	(1.781)	(6.778)	(1.001)	(329)	20.539
Reclassificação para investimento disponível para venda .....									(6.076)	(6.076)
Dividendos mínimos obrigatórios .....								(1.216)		(8.604)
Reclassificação para o passivo ref. a investimento com Passivo a descoberto - Nota 22 .....										1.177
Saldo em 31 de março de 2012 .....	765.539		163	407.342		816	198		1.335	1.376.929

O patrimônio líquido das investidas SC e ABV estão ajustados por mais valia dos ativos e passivos adquiridos nos montantes de R\$ 141.223 e R\$ 106.420, respectivamente.

	Vale do Mogi	Omtex	NF	SMA	UBV	USL	Total
Em Sociedades controladas:							
Ações/quotas possuídas (milhares) .....	23.500	27.971	426.635	50		11.898	
Percentual de participação .....	100,00%	100,00%	62,89%	50,00%		41,67%	
Capital social .....	59.540	27.971	684.870	100		3.541	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) .....	762.435	24.614	623.852	43		(14.741)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício .....	88.433	(8.338)	(820)	(57)		(156)	
Movimentação dos investimentos:							
Saldo em 31 de março de 2010 .....	1.263.806	18.906			89.061		1.371.773
Juros sobre o capital próprio recebidos .....	(15.680)						(15.680)
Dividendos adicionais distribuídos .....	(93.567)						(93.567)
Incorporação de acervo líquido cindido - Nota 1.4 .....	(444.085)	15.884	287.855	20			(106.311)
Aumento de capital com adiantamentos - AFAC .....							8.377
Ganho (perda) de reserva de reavaliação reflexa, por aumento (diminuição) de participação .....	2.101	(2.055)			(46)		
Integralização de capital com conferência de ações do capital da UBV .....					96.246	(96.246)	
Alienação de ações - Nota 1.2 .....					(410)		(410)
Ganho de capital na operação descrita na Nota 1.2 .....					8.943		8.943
Perda reflexa sobre Ajustes de avaliação patrimonial .....	(37.225)						(37.225)
Ganho (perda) de capital por diminuição de participação nos resultados acumulados até 31/03/2010 .....	(1.348)	(449)			1.797		
Resultado de equivalência patrimonial .....	88.433	(7.672)	(293)	1	(2.917)	1.450	79.002
Reclassificação para o passivo ref. a investimento com Passivo a descoberto - Nota 22 .....						(1.450)	(1.450)
Saldo em 31 de março de 2011 .....	762.435	24.614	392.341	21		34.015	1.213.426

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

**14.2 Ágio, cisão e incorporação da Etanol Participações S.A. ("EP"):** Em 12 de abril de 2007, a EP adquiriu participação no capital social da USL e da Agropecuária Aquidaban S.A. ("AA"), pelos montantes de R\$ 184.080 e R\$ 61.360, respectivamente, registrando um ágio total no montante de R\$ 210.117, sendo R\$ 154.013 referentes à aquisição da USL e R\$ 56.104 referentes à aquisição da AA, com base nas demonstrações financeiras daquelas empresas levantadas em 31 de março de 2007. Em 10 de dezembro de 2007, os acionistas da EP comunicaram ao mercado o encerramento das atividades operacionais da USL e AA. Na sequência das deliberações acima, em 21 de dezembro de 2007 os acionistas da EP deliberaram pela cisão total de seus ativos e passivos, os quais foram vendidos para a USL e AA. As participações societárias da EP nos patrimônios da USL e AA foram extintas, e as ações anteriormente detidas pela EP na USL e AA foram atribuídas a seus acionistas. Em função destas decisões, a distribuição do ágio pago pela EP na aquisição destas controladas entre mais-valia de ativos e rentabilidade futura foi revista e as determinações das Instruções CVM nº. 319, de 3 de dezembro de 1999, e nº 349, de 6 de março de 2001, foram aplicadas no processo de consolidação da controlada USM. Esta revisão teve como base laudo de avaliação do valor econômico do investimento preparado por peritos independentes considerando a absorção das operações destas controladas pelas acionistas controladoras e a venda de parte significativa de seus ativos imobilizados. Os ativos imobilizados disponibilizados para venda passaram a ser classificados no balanço patrimonial consolidado em rubrica específica no ativo não circulante, compreendendo o custo histórico contábil adicionado do ágio a eles atribuído, os quais somados compõem o valor esperado de realização destes ativos, conforme determinado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Os ativos imobilizados que não serão vendidos permanecem classificados em rubrica própria, pelo custo histórico de aquisição somado do ágio respectivo. O ágio remanescente foi classificado como rentabilidade futura, líquido do benefício fiscal respectivo e, encontra respaldo em avaliação econômica do investimento segundo a nova premissa operacional estabelecida em dezembro de 2007. Até 31 de março de 2009, a parcela do ágio relativa à rentabilidade futura estava sendo amortizada em período não superior a 10 (dez) anos, de acordo com a expectativa de retorno do investimento prevista no laudo de avaliação econômica segundo a configuração operacional do investimento. Conforme determinado pelo CPC 01 e pela deliberação CVM 565/08, o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura deixou de ser sistematicamente amortizado a partir do exercício social iniciado em 1º de abril de 2009 e passou a ser analisado periodicamente quanto à capacidade de recuperação. As análises efetuadas não indicaram a necessidade de constituição de provisões para perdas. O ágio atribuído aos ativos destinados à venda será amortizado quando da realização de tais ativos. O benefício fiscal oriundo do ágio referente à rentabilidade futura é amortizado conforme sua efetiva utilização nas apurações fiscais. Após os eventos mencionados acima e as movimentações de amortização e baixa em decorrência dos bens vendidos, a distribuição do ágio no consolidado é como segue:

	Amortizações / baixas acumuladas	Saldo líquido em:	
	Ágio	2012	2011
Rentabilidade futura - Intangível .....	39.688	(5.673)	34.015
Mais-valia de ativos destinados à venda .....	27.415	(27.383)	32
Benefício fiscal relativo à parcela da rentabilidade futura - Impostos diferidos ..	20.446	(15.015)	5.431
	87.549	(48.071)	39.478

**14.3 Investimentos no consolidado:** O saldo de investimento no consolidado é relativo: (i) às investidas indiretas: Agropecuária Caieira do Norte S.A., Monte Sereno Agrícola Ltda. e Agropecuária do Cachimbo S.A., cujos investimentos montam a R\$ 5.448, R\$ 1.343 e R\$ 65, respectivamente; e (ii) à coligada CTC - Centro de Tecnologia Canavieira no montante de R\$ 1.406. Essas investidas não são consolidadas e os investimentos estão avaliados por equivalência patrimonial. **15. Ativos Biológicos:** Em 31 de março de 2012, a Companhia, a USC e a UBV possuem lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas nos Estados de São Paulo e Goiás, que utilizam como matéria-prima em seus processos industriais. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias

	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Veículos	Máquinas e implem. agrícolas	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
<b>Saldo em 31 de março 2010</b> .....	549.804	20.486	146.253	13.687	38.649	3.186	792.422
Custo total .....	549.804	28.555	196.512	24.864	55.429	8.123	883.644
Depreciação acumulada .....	(8.069)	(8.069)	(50.259)	(16.780)	(4.937)		(91.222)
Valor residual .....	549.804	20.486	146.253	13.687	38.649	3.186	792.422
<b>Saldo em 31 de março 2011</b> .....	549.804	20.486	146.253	13.687	38.649	3.186	792.422
Aquisição .....			61.452	39	8	353	62.247
Alienação (residual) .....	(1.245)		(375)	(624)			(1.245)
Transferências entre contas .....	400	1.351	5.965	1.756	8.309	1.054	(18.835)
Acervo incorporado da USM .....	55.450	45.405	255.906	31.151	69.699	4.443	30.402
Depreciação .....	(2.518)	(32.436)	(4.885)	(6.918)	(815)		(47.572)
<b>Saldo em 31 de março 2011</b> .....	604.409	64.724	436.819	41.124	109.747	8.221	1.328.183
Custo total .....	604.409	68.828	445.829	41.895	111.868	32.492	1.368.469
Depreciação acumulada .....		(4.104)	(9.010)	(771)	(2.121)	(24.271)	(40.277)
Valor residual .....	604.409	64.724	436.819	41.124	109.747	8.221	1.328.183
<b>Saldo em 31 de março 2011</b> .....	604.409	64.724	436.819	41.124	109.747	8.221	1.328.183
Aquisição .....			77.240	16.776	20.619	1.831	116.776
Alienação (residual) .....	(2.873)		(58)	(181)	(867)	(100)	(4.079)
Transferências entre contas e para o intangível .....	10	2.117	58.426	2.749	6.433	4.442	(75.929)
Acervo incorporado da OMTEK .....	1.260	1.543	6.325			70	9.198
Depreciação .....	(3.630)	(120.199)	(9.563)	(15.969)	(1.823)		(151.184)
<b>Saldo em 31 de março de 2012</b> .....	602.806	64.754	458.553	50.905	119.963	12.641	1.413.608
Custo total .....	602.806	72.733	520.128	61.148	137.662	38.856	1.537.319
Depreciação acumulada .....		(7.979)	(61.575)	(10.243)	(17.699)	(26.215)	(123.711)
Valor residual .....	602.806	64.754	458.553	50.905	119.963	12.641	1.413.608
<b>Valor residual de:</b>							
Custo histórico .....	21.102	20.706	218.539	46.594	75.087	12.641	103.986
Mais-valia .....	581.704	44.048	240.014	4.311	44.876		914.953
	602.806	64.754	458.553	50.905	119.963	12.641	1.413.608
Taxas médias de depreciação .....		5,30%	10,11%	11,47%	13,00%	12,53%	

	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Veículos	Máquinas e implem. de 3%	Benefícios em imóveis agrícolas	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
<b>Saldo em 31 de março 2010</b> .....	1.745.191	196.419	693.655	75.869	160.650	25.799	11.021	3.042.759
Custo total .....	1.745.191	223.652	911.574	115.322	221.909	31.116	34.736	3.417.655
Depreciação acumulada .....		(27.233)	(217.919)	(39.453)	(61.259)	(5.317)	(23.715)	(374.896)
Valor residual .....	1.745.191	196.419	693.655	75.869	160.650	25.799	11.021	3.042.759
<b>Saldo em 31 de março 2010</b> .....	1.745.191	196.419	693.655	75.869	160.650	25.799	11.021	3.042.759
Aquisição .....		10	83.626	441	128	10.787	1.225	132.359
Alienação (residual) .....	(1.652)	(9)	(536)	(1.094)	(1.908)		(1)	(5.200)
Transferências entre contas .....	803	23.854	67.327	13.832	22.172	1.557	2.527	(132.072)
Redução de participação na NF .....	(12.037)	(50.675)	(87.028)	(10.803)	(16.600)	(9.870)	(1.632)	(31.068)
Depreciação .....		(7.308)	(126.585)	(15.191)	(23.337)	(7.347)	(1.893)	(181.661)
<b>Saldo em 31 de março 2011</b> .....	1.732.305	162.291	630.459	63.054	141.105	20.926	11.247	2.864.761
Custo total .....	1.732.305	174.390	662.184	68.564	155.031	27.911	36.626	2.960.385
Depreciação acumulada .....		(12.099)	(31.725)	(5.510)	(13.926)	(6.985)	(25.379)	(95.624)
Valor residual .....	1.732.305	162.291	630.459	63.054	141.105	20.926	11.247	2.864.761
<b>Saldo em 31 de março 2011</b> .....	1.732.305	162.291	630.459	63.054	141.105	20.926	11.247	2.864.761
Aquisição .....	4.898	97.846	18.415	29.938	8.740	2.015	166.261	328.113
Alienação (residual) .....	(2.912)	(91)	(326)	(867)		(114)		(4.310)
Transferências entre contas e para o intangível ..	10	2.712	106.290	3.252	7.099	4.732	(129.258)	(5.163)
Depreciação .....		(6.933)	(146.310)	(13.004)	(20.916)	(5.012)	(2.206)	(194.381)
Aquisição de participação na SC e ABV .....	173.762	17.370	104.005	11.852	11.685	80	238	11.059
Redução de participação na NF .....	(3.887)	(16.000)	(33.327)	(3.931)	(5.626)	(3.154)	(537)	(8.342)
<b>Saldo em 31 de março 2012</b> .....	1.904.176	159.440	758.872	79.312	162.418	21.580	15.375	3.244.267
Custo total .....	1.904.176	178.951	871.195	103.260	198.489	31.974	43.056	3.474.575
Depreciação acumulada .....		(19.511)	(113.103)	(23.948)	(36.071)	(9.594)	(27.681)	(230.308)
Valor residual .....	1.904.176	159.440	758.872	79.312	162.418	21.580	15.375	3.244.267
<b>Valor residual de:</b>								
Custo histórico .....	133.039	102.432	465.396	69.490	113.947	21.580	15.375	143.094
Mais-valia .....	1.771.137	57.008	293.476	9.822	48.471			2.179.914
	1.904.176	159.440	758.872	79.312	162.418	21.580	15.375	3.244.267
Taxas médias de depreciação .....		3,7						

# SÃO MARTINHO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

entressafra são alocados ao imobilizado e depreciados integralmente na safra seguinte. Em função de alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas, bens do ativo imobilizado, no montante consolidado de R\$ 519.315 em 31 de março de 2012, encontram-se gravados em garantia dos credores. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por equipamentos e instalações industriais e máquinas e implementos agrícolas. Adicionalmente, o montante de R\$ 812.799 referente a terras, foi oferecido em garantia de créditos rurais securitizados registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo. A Companhia e suas controladas capitalizaram encargos financeiros no montante de R\$ 4.694 no exercício findo em 31 de março de 2012 (2011 - R\$ 7.233). **(a) Custo atribuído (Deemed cost):** Conforme facultado pela Interpretação Técnica - ICPG 10, a Companhia, incluindo o acervo incorporado da USM, e determinadas controladas, optaram pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) na aplicação das novas práticas contábeis (IFRS / CPCs). Nesse contexto, foi aprovada a nomeação de empresa especializada, bem como o resultado dos trabalhos de revisão das vidas úteis econômicas e dos correspondentes valores de custo atribuído (valor de mercado) para os principais grupos de bens do ativo imobilizado. As reavaliações efetuadas pelas empresas em 2007 foram mantidas de acordo com o facultado pela Lei nº 11.638. A reavaliação anteriormente registrada foi considerada como parte do novo custo em 1º de abril de 2009 e

por este motivo, a reserva de reavaliação existente naquela data foi reclassificada para a rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial - *Deemed cost*".

## 17. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ágio rentabilidade futura (i) .....			47.880	38.826
Amortização acumulada (i) .....			(4.811)	(4.811)
Software .....	6.948	5.148	9.138	6.858
Amortização acumulada .....	(3.981)	(3.317)	(5.149)	(4.147)
Outros ativos - contrato de energia (ii) .....			22.352	
	<u>2.967</u>	<u>1.831</u>	<u>69.410</u>	<u>36.726</u>

(i) O ágio relativo à rentabilidade futura oriundo do acervo líquido cindido da USL, no valor de R\$ 38.826, presentemente incorporado na Companhia, deixou de ser amortizado e passou a ser testado por impairment a partir do exercício social que se iniciou em 1º de abril de 2009, conforme mencionado na Nota 14.2. O ágio relativo aquisição da SC e da ABV está detalhado na Nota 38. (ii) Refere-se ao intangível (contratos de energia elétrica) identificado no processo de aquisição de participação societária na SC, vide Nota 38. A amortização ocorrerá de acordo com as entregas previstas em contrato.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Parcelas anuais com vencimentos entre Set/18 e Jul/20	72.199		76.154	
Parcela única com vencimento em Out/11			11.721	
Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Dez/12	20.139		3.469	
Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Fev/17	21.472		33.415	
Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Jan/17	36.560		40.266	
Parcelas anuais com vencimento em Out/25			69	71
Parcelas únicas com vencimentos em Mai/12, Mai/13 e Mai/14	109.392		242	
Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Abr/13	242		460	
Parcelas mensais com vencimentos entre Mai/13 a Abr/23	14.966			
Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Abr/21	62.177			
Parcelas mensais com vencimentos entre Jun/12 a Mar/21	13.001			
Parcela única com vencimento em Jan/12			4.983	
Parcelas semestrais com vencimentos entre Jun/12 a Set/16	437.376		245.527	
Parcelas mensais com vencimentos entre Jan/12 a Mar/12			15	
Parcelas mensais com vencimentos entre Mai/13 a Abr/23				
			<u>1.370</u>	<u>416.081</u>
			<u>788.963</u>	<u>(117.551)</u>
			<u>671.412</u>	<u>335.790</u>
			<u>671.412</u>	<u>335.790</u>

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Parcelas anuais com vencimentos entre Set/18 a Jul/20	78.927		76.367	
Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Dez/12	20.139		3.469	
Parcelas mensais com vencimento em Jan/12			22.252	
Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Fev/17	31.677		42.174	
Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Jan/17	43.155		41.588	
Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Nov/19	4.374		6.104	
Parcelas únicas com vencimentos em Mai/12, Mai/13 e Mai/14	109.392		68	71
Parcela anuais com vencimentos entre Out/12 a Out/25	68		71	
Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 e Mai/13	257		484	
Parcelas mensais com vencimentos entre Mai/13 a Abr/23	195.455		184.828	
Parcelas mensais com vencimentos entre Jun/12 a Mar/21	13.001			
Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Abr/21	111.983		38.819	
Parcelas mensais com vencimentos entre Mai/13 a Abr/13	38.198		45.012	
Parcelas mensais com vencimentos entre Jan/12 a Mar/12			15	
Parcelas com vencimentos entre Ago/12 e Mar/12	19.093		4.983	
Parcela única com vencimento em Jul/13			36.073	
Parcelas semestrais com vencimentos entre Jun/12 a Set/16	437.376		245.527	
Parcelas com vencimentos entre Ago/12 a Ago/16			88.144	
Parcela única com vencimento em Jan/13			5.057	
			<u>1.232.369</u>	<u>711.693</u>
			<u>(247.504)</u>	<u>(140.982)</u>
			<u>984.865</u>	<u>570.711</u>

## 19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Cana-de-açúcar .....	14.212	26.448	17.587	31.794
Materiais, serviços e outros .....	42.539	20.194	59.068	29.302
	<u>56.751</u>	<u>46.642</u>	<u>76.655</u>	<u>61.096</u>

O período de safra da cana-de-açúcar, a qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte. **20. Obrigações com a Copersucar:** A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação das empresas, para financiamento de suas operações, através de letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa junto ao mercado e repassados aos cooperados com prazos de liquidação no curto prazo, e sobras de caixa da Cooperativa de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão de exigibilidade. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda em algum dos processos nos quais a Cooperativa obteve liminar, a Companhia poderá ser requerida a desembolsar o valor que lhe tenha sido repassado em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa quanto à constitucionalidade e legalidade da exigência e pelos passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado. A composição das obrigações com a Copersucar é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC .....	87.804	86.051		
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC .....	69.141	70.096		
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos .....	44.272	44.272		
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 4,53% a.a. ....	1.232	3.271		
Total .....	202.449	203.690		
Passivo circulante .....	(2.040)	(2.040)		
Não circulante .....	<u>200.409</u>	<u>201.650</u>		
			<u>222.007</u>	<u>207.645</u>

A totalidade das obrigações da Companhia e suas controladas com a Copersucar está garantida por avis de diretores. A Copersucar aderiu ao parcelamento da Lei 11.941/09. O montante incluso no parcelamento foi distribuído aos cooperados e ex-cooperados durante o exercício findo em 31 de março de 2011, conforme Deliberação do Conselho de Administração da Copersucar. Tendo em vista os termos negociados no processo de desligamento da Copersucar, a partir da data do desligamento a Companhia e suas controladas USL e SC permanecerão devedoras das obrigações registradas na rubrica de "Obrigações - Copersucar", no passivo não circulante, sem alteração nas datas de seus vencimentos, até que os assuntos que as originaram e que se encontram sob discussão judicial patrocinada pelos assessores jurídicos da Cooperativa transitem em julgado. Tais obrigações continuam a ser garantidas por fianças bancárias no montante de R\$ 162.698 (R\$ 189.931 no consolidado).

## 21. Tributos Parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ICMS .....	3.106	8.848	3.224	8.848
Parcelamento - Lei 11.941 .....	52.005	50.815	59.122	52.075
Outros .....			839	
	55.111	59.663	63.185	60.923

Passivo circulante (tributos a recolher) .....

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Não circulante .....	(5.238)	(4.753)	(5.312)	(5.090)
	<u>49.873</u>	<u>54.910</u>	<u>57.873</u>	<u>55.833</u>

Em outubro e novembro de 2009, a Companhia e suas controladas Omtex, USL e USC, aderiram ao programa de Recuperação Fiscal (REFIS) de débitos federais, aprovado pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, com benefícios de redução nos juros, multas e encargos legais. A maior parte dos processos incluídos no parcelamento vinha sendo discutida judicialmente e, conforme a opinião de nossos assessores legais tinha a correspondente provisão para contingências. Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia e suas controladas obrigam-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a 3 meses, bem como desistiram das ações judiciais e renunciaram a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundava as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados (descontos e prazo de liquidação).

## 22. Outros Passivos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Vendas a faturar .....	160	7.187	3.202	10.663
Receitas a apropriar .....	758	1.458	758	2.913
Impostos parcelados .....	88	728	88	728
Passivo a descoberto de controladas .....	7.319	6.142		
Mitsubishi Corporation .....	9.836	11.748	9.836	11.748
Outros débitos .....	2.425	4.546	3.150	5.556
	<u>20.586</u>	<u>31.809</u>	<u>17.034</u>	<u>31.608</u>
Passivo circulante .....	(13.769)	(21.398)	(10.215)	(21.137)
Não circulante .....	6.817	10.411	6.819	10.471

O saldo em aberto com a Mitsubishi Corporation é proveniente de aquisição de participação societária na UVV realizada em novembro de 2009 com vencimento final em 2014. **23. Patrimônio Líquido - (a) Capital social:** Em 31 de março de 2012 e de 2011 o capital social está dividido em 113.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **(b) Ações em tesouraria:** Em 13 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o 2º programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior alienação, cancelamento ou utilização para outorga de opção de compra de ações (item (f) abaixo), sem redução de capital social, nos termos do seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº. 10/80 e nº. 268/97 e das demais disposições legais vigentes. As operações de aquisição de ações deste 2º plano serão realizadas até 12 de junho de 2012, na BM&FBOvespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOvespa"), a preços de mercado, com a intermediação de corretoras. A quantidade de ações a ser adquirida é de até 1.000.000. Durante o exercício findo em 31 de março de 2012, a Companhia recomprou 5.669.600 ações ordinárias, no montante de R\$ 10.854, a um custo unitário mínimo de R\$ 16,76, e máximo de R\$ 23,02, resultando em um custo médio de R\$ 19,06 por ação. O quadro abaixo sumariza a movimentação de ações em tesouraria durante o período:

	Preço médio de aquisição*		Montante Total	
	Qtde			
Ações em tesouraria em 31 de março de 2011 .....	139.000	13,66	1.899	
Recompra de ações do 2º programa .....	569.600	19,06	10.854	
Ações em tesouraria em 31 de março de 2012 .....	<u>708.600</u>	<u>18,00</u>	<u>12.753</u>	

\* Inclui custos adicionais na aquisição

O valor de mercado em 31 de março de 2012 da totalidade dessas ações corresponde a R\$ 16.574 (R\$ 3.557 em 31 de março de 2011). O objetivo da Companhia com o programa é maximizar a geração de valor para seus acionistas. **(c) Ajustes de avaliação patrimonial - Deemed cost:** Corresponde a mais valia de custo atribuído de Terras, Edificações e dependências, Equipamentos e instalações industriais; Veículos e Máquinas e implementos agrícolas, como descrito na Nota 15(a). Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados". **• Valor justo de hedge accounting:** Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorrerem os vencimentos/embarques das operações correlatas. **(d) Reserva legal e para orçamento de capital:** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. A reserva para orçamento de capital refere-se à retenção do saldo de lucros acumulados com objetivo de fazer face aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos, conforme orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral dos acionistas. Em 17 de setembro de 2010, ocorreu a capitalização de R\$ 95.900 por deliberação da Assembleia Geral, uma vez que os correspondentes investimentos foram realizados. Em 29 de julho de 2011, a assembleia aprovou a destinação de mais R\$ 54.093 à reserva de orçamento de capital. Em 31 de março de 2012, a administração está propondo nova destinação para essa reserva, com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, também a ser aprovado, juntamente com o correspondente plano de investimentos, na próxima Assembleia Geral dos acionistas. Adicionalmente, a administração está propondo a capitalização do valor destinado para esta reserva nos anos anteriores, o que deverá ser aprovado oportunamente em Assembleia, uma vez que os correspondentes investimentos já foram realizados. **(e) Dividendos e Juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 8.838 (R\$ 0,0783 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.933 (R\$ 0,2741 por ação), correspondente a 35% do lucro líquido do último exercício (de acordo com o BR GAAP antigo) após a constituição da reserva legal. Conforme facultado pela Lei 9.249/95, em setembro de 2010 a controlada USM (atualmente Vale do Mogi) calculou e distribuiu Juros sobre o Capital Próprio - JCP para a Companhia com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 15.680. Em dezembro de 2010, a Companhia calculou e distribuiu JCP com base na TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 19.558. Os juros sobre o capital próprio recebido da controlada USM foram registrados nos livros fiscais como receita financeira, e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas pela Companhia foram registrados nos livros fiscais como despesa financeira, conforme requerido pela legislação fiscal. Posteriormente, os juros sobre o capital próprio recebidos foram creditados à conta de investimentos, e os juros sobre o capital próprio pagos foram debitados à conta de lucros acumulados, em atendimento a Deliberação CVM 247/96. Adicionalmente, os JCP foram computados no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de julho de 2011, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 21.062 (R\$ 0,1866 por ação). Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício .....	126.611	142.288
Absorção de prejuízos acumulados .....		(32.927)
	126.611	109.361

Constituição de reserva legal - 5% .....

	2012	2011
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios .....	6.331	(5.468)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (2012 - R\$ 0,2668 por ação) .....	30.070	25.973
JCP pagos a título de dividendos, líquidos do IRRF (2011 - R\$ 0,1488 por ação) .....		(16.793)
Parcela dos dividendos mínimos obrigatórios, a pagar (2012 - R\$ 0,2668 por ação) .....	<u>30.070</u>	<u>9.180</u>

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2012, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 6.014 (R\$ 0,0536 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária. **(f) Plano de outorga de opção de compra de ações:** Em 28 de novembro de 2011, foram outorgadas a determinados executivos opções de compra de 140.400 ações da Companhia, as quais foram atribuídas um preço de exercício de R\$ 19,31 por ação. A aquisição do direito de exercício das opções se dará em três momentos, sendo: i) 33,3% após 1º ano a partir da data da outorga; ii) 33,3% após o 2º ano a partir da data da outorga; e iii) 33,3% após o 3º ano a partir da data da outorga. O prazo máximo para exercício destas opções de ações é 2018. O valor justo de cada opção na data da outorga foi R\$ 3,20 para o lote com direito de exercício a partir do final do primeiro ano após a data da outorga, R\$ 4,95 para lote com direito de exercício a partir do final do segundo ano após a data da outorga e R\$ 6,41 para o lote com direito de exercício a partir do final do terceiro ano após a data da outorga. Em 12 de dezembro de 2011, foram outorgadas a determinados executivos opções de compra de 418.538 ações da Companhia, as quais foram atribuídas um preço de exercício de R\$ 18,49 por ação. A aquisição do direito de exercício das opções se dará em três momentos, sendo: i) 33,3% após 2º ano a partir da data da outorga; ii) 33,3% após o 3º ano a partir da data da outorga; e iii) 33,3% após o 4º ano a partir da data da outorga. O prazo máximo para exercício destas opções de ações é 2018. O valor justo de cada opção na data da outorga foi R\$ 4,98 para o lote com direito de exercício a partir do final do segundo ano após a data da outorga, R\$ 6,38 para lote com direito de exercício a partir do final do terceiro ano após a data da outorga e R\$ 7,56 para o lote com direito de exercício a partir do final do quarto ano após a data da outorga. O valor justo atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 2 anos, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco. A movimentação das opções de ações em circulação no exercício findo em 31 de março de 2012 está demonstrada abaixo:

	Ações outorgadas		Opções de ações em circulação		Preço médio de exercício	
Data						
28/11/11	140.400		140.400		19,31	
12/12/11	418.538		418.538		18,49	
<b>31/03/12</b>	<b>558.938</b>		<b>558.938</b>			

No exercício findo em 31 de março de 2012, a Companhia reconheceu uma despesa de R\$ 106 com opções de ações. **24. Plano de Benefícios a Empregados e Administradores:** Em setembro de 2008, a Companhia e suas controladas contrataram plano de previdência complementar destinado a todos os empregados e administradores, denominado Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), o qual caracteriza-se como plano de contribuição definida. A participação de todos os empregados é assegurada, mas facultativa. A contrapartida das empresas está limitada a 1% dos salários nominais de seus empregados até o limite da unidade de referência do plano e até 6% da parcela dos salários nominais que excede referido limite. Os participantes podem efetuar contribuições acima dos limites percentuais descritos no parágrafo acima, porém, sem contrapartida por parte da Companhia e suas controladas. O montante dessa participação no exercício findo em 31 de março de 2012, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R\$ 1.358 e R\$ 1.491 (2011 - R\$ 594 e R\$ 1.663), respectivamente na controladora e consolidado. **25. Programa de Participação nos Lucros e Resultados:** Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho, firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas implementaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a Companhia e suas controladas e os colaboradores, através dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) aproveitamento de tempo agroindustrial; (ii) produtividade agroindustrial; (iii) índice orçamentário; (iv) acidente do trabalho; (v) satisfação dos clientes; (vi) prazo para fechamento gerencial; (vii) ganhos econômicos com mudanças de processos e a respectiva qualidade; (viii) perfil da dívida existente; (ix) performance financeira lastreada especialmente ao nível e qualidade do endividamento; (x) performance econômico financeira; e (xi) qualidade das análises e apresentações para o mercado. Estes indicadores são segregados para aplicação específica aos respectivos departamentos envolvidos, os quais são divididos, para fins deste programa, entre área agroindustrial, centro de serviços compartilhados e corporativo. O montante dessa participação no exercício findo em 31 de março de 2012, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R\$ 18.630 e R\$ 23.221 (2011 - R\$ 9.992 e R\$ 20.535), respectivamente na controladora e consolidado.

continua

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento
<b>Em moeda nacional:</b>			
Créditos rurais securitizados	IGP-M + juros médios ponderados de 4,58% a.a., pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencimentos entre Set/18 e Jul/20
Crédito rural (PROCER)	Juros médios ponderados pré-fixados de 11,25% a.a. pagos no vencimento do contrato	(b)	Parcela única com vencimento em Out/11
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 6,75% a.a. pagos no vencimento do contrato	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Dez/12
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 4,11% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Fev/17
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 5,31% a.a. pagos mensalmente	(d)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/12 a Jan/17
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3,00% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcelas anuais com vencimento em Out/25
Capital de giro			



SÃO MARTINHO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Contratos a termo de açúcar "sugar 11" (NDF balcão - Cetip): Controladora - 2012. Tabela com 5 colunas: Vencimento, Posição, Lotes, Preço médio fixado, Valor de referência (Nocional), Valor justo (Fair value), Efeito a receber (pagar).

Controladora e Consolidado. Tabela com 4 colunas: 2012, 2011, 2012, 2011. Linhas: Corretoras, Natixis, New Edge, Prudential, Hencorp, Macquarie, ICAP, ADM, Santander.

Despesas financeiras. Tabela com 4 colunas: 2012, 2011, 2012, 2011. Linhas: Juros pagos e incorridos, Resultado negativo com derivativos, Outras despesas.

Consolidado - 2012. Tabela com 5 colunas: Vencimento, Posição, Lotes, Preço médio fixado, Valor de referência (Nocional), Valor justo (Fair value), Efeito a receber (pagar).

31. Informação por Segmento (Consolidado): A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas...

36. Lucro por Ação - Básico e diluído: O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período...

Controladora e consolidado - 2011. Tabela com 5 colunas: Vencimento, Posição, Lotes, Preço médio fixado, Valor de referência (Nocional), Valor justo (Fair value), Efeito a receber (pagar).

Controladora e consolidado - 2011. Tabela com 4 colunas: 2011, 2010, 2011, 2010. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Cobertura máxima (\*). Tabela com 2 colunas: Controladora, Consolidado. Linhas: Responsabilidade civil, Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, Roubo ou furto, Outras coberturas, Danos elétricos, Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, etc.

(d) Contratos de swap - dólar x CDI (balcão - Cetip): Controladora - 2012. Tabela com 5 colunas: Vencimento, Posição, Lotes, Valor de referência (Nocional), Valor base, Ponta ativa, Ponta passiva, Valor justo (Fair value), Efeito a pagar.

Controladora e consolidado - 2012. Tabela com 4 colunas: 2012, 2011, 2012, 2011. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

(\*) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. As coberturas relativas aos veículos, principalmente sobre responsabilidade civil, também estão incluídas acima, exceto para os danos materiais, que têm como referência, em média, 100% da tabela FIPE.

Consolidado - 2012. Tabela com 5 colunas: Vencimento, Posição, Lotes, Valor de referência (Nocional), Valor base, Ponta ativa, Ponta passiva, Valor justo (Fair value), Efeito a pagar.

Controladora e consolidado - 2012. Tabela com 4 colunas: 2012, 2011, 2012, 2011. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

38. Aquisição de Participação Societária: Conforme mencionado na Nota 1.6, em 21 de novembro de 2011, a Companhia adquiriu 32,18% do capital social da SC e 17,97% do capital social da ABV, pelos montantes ajustados a valor presente de R\$ 102.764 e R\$ 65.308, respectivamente.

Controladora em 31 de março de 2012. Tabela com 6 colunas: mercadorias, mai/12, jul/12, out/12, mar/13, Total. Linhas: Derivativos designados para hedge, Moeda Estrangeira, Derivativos designados para hedge, Derivativos não designados para hedge, Swaps.

Controladora e consolidado em 31 de março de 2012. Tabela com 4 colunas: 2012, 2011, 2012, 2011. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Formação do preço de compra. Tabela com 3 colunas: Valores contábeis, Ajustes ao valor justo, Valores ajustados. Linhas: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Investimentos, Ativos biológicos, Imobilizado, Intangível, Demais ativos.

Consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 6 colunas: mercadorias, mai/12, jul/12, out/12, mar/13, Total. Linhas: Derivativos designados para hedge, Moeda Estrangeira, Derivativos Designados para hedge, Derivativos não designados para hedge, Swaps.

Controladora e consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 4 colunas: 2011, 2010, 2011, 2010. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Formação do preço de compra. Tabela com 3 colunas: Valores contábeis, Ajustes ao valor justo, Valores ajustados. Linhas: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Investimentos, Ativos biológicos, Imobilizado, Intangível, Demais ativos.

Consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 6 colunas: mercadorias, mai/12, jul/12, out/12, mar/13, Total. Linhas: Derivativos designados para hedge, Moeda Estrangeira, Derivativos Designados para hedge, Derivativos não designados para hedge, Swaps.

Controladora e consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 4 colunas: 2011, 2010, 2011, 2010. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Formação do preço de compra. Tabela com 3 colunas: Valores contábeis, Ajustes ao valor justo, Valores ajustados. Linhas: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Investimentos, Ativos biológicos, Imobilizado, Intangível, Demais ativos.

Consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 6 colunas: mercadorias, mai/12, jul/12, out/12, mar/13, Total. Linhas: Derivativos designados para hedge, Moeda Estrangeira, Derivativos Designados para hedge, Derivativos não designados para hedge, Swaps.

Controladora e consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 4 colunas: 2011, 2010, 2011, 2010. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Formação do preço de compra. Tabela com 3 colunas: Valores contábeis, Ajustes ao valor justo, Valores ajustados. Linhas: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Investimentos, Ativos biológicos, Imobilizado, Intangível, Demais ativos.

Consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 6 colunas: mercadorias, mai/12, jul/12, out/12, mar/13, Total. Linhas: Derivativos designados para hedge, Moeda Estrangeira, Derivativos Designados para hedge, Derivativos não designados para hedge, Swaps.

Controladora e consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 4 colunas: 2011, 2010, 2011, 2010. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Formação do preço de compra. Tabela com 3 colunas: Valores contábeis, Ajustes ao valor justo, Valores ajustados. Linhas: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Investimentos, Ativos biológicos, Imobilizado, Intangível, Demais ativos.

Consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 6 colunas: mercadorias, mai/12, jul/12, out/12, mar/13, Total. Linhas: Derivativos designados para hedge, Moeda Estrangeira, Derivativos Designados para hedge, Derivativos não designados para hedge, Swaps.

Controladora e consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 4 colunas: 2011, 2010, 2011, 2010. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Formação do preço de compra. Tabela com 3 colunas: Valores contábeis, Ajustes ao valor justo, Valores ajustados. Linhas: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Investimentos, Ativos biológicos, Imobilizado, Intangível, Demais ativos.

Consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 6 colunas: mercadorias, mai/12, jul/12, out/12, mar/13, Total. Linhas: Derivativos designados para hedge, Moeda Estrangeira, Derivativos Designados para hedge, Derivativos não designados para hedge, Swaps.

Controladora e consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 4 colunas: 2011, 2010, 2011, 2010. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Formação do preço de compra. Tabela com 3 colunas: Valores contábeis, Ajustes ao valor justo, Valores ajustados. Linhas: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Investimentos, Ativos biológicos, Imobilizado, Intangível, Demais ativos.

Consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 6 colunas: mercadorias, mai/12, jul/12, out/12, mar/13, Total. Linhas: Derivativos designados para hedge, Moeda Estrangeira, Derivativos Designados para hedge, Derivativos não designados para hedge, Swaps.

Controladora e consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 4 colunas: 2011, 2010, 2011, 2010. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Formação do preço de compra. Tabela com 3 colunas: Valores contábeis, Ajustes ao valor justo, Valores ajustados. Linhas: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Investimentos, Ativos biológicos, Imobilizado, Intangível, Demais ativos.

Consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 6 colunas: mercadorias, mai/12, jul/12, out/12, mar/13, Total. Linhas: Derivativos designados para hedge, Moeda Estrangeira, Derivativos Designados para hedge, Derivativos não designados para hedge, Swaps.

Controladora e consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 4 colunas: 2011, 2010, 2011, 2010. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Formação do preço de compra. Tabela com 3 colunas: Valores contábeis, Ajustes ao valor justo, Valores ajustados. Linhas: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Investimentos, Ativos biológicos, Imobilizado, Intangível, Demais ativos.

Consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 6 colunas: mercadorias, mai/12, jul/12, out/12, mar/13, Total. Linhas: Derivativos designados para hedge, Moeda Estrangeira, Derivativos Designados para hedge, Derivativos não designados para hedge, Swaps.

Controladora e consolidado em 31 de março de 2011. Tabela com 4 colunas: 2011, 2010, 2011, 2010. Linhas: Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Margem bruta, Despesas com vendas, Demais despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, líquidas, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos tributos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Formação do preço de compra. Tabela com 3 colunas: Valores contábeis, Ajustes ao valor justo, Valores ajustados. Linhas: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Investimentos, Ativos biológicos, Imobilizado, Intangível, Demais ativos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. Aos Administradores e Acionistas da São Martinho S.A. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

DIRETORIA. mas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

MANOEL DE MOURA SILVA FILHO - Contador - CRC 1SP 215551/O-2. adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. e suas controladas em 31 de março de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.